

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Tuila Botega Cruz

MIGRAÇÃO DE RETORNO E MOBILIDADE SOCIAL

Monografia submetida ao curso de Ciências Sociais, habilitação
Sociologia da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de
Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Medeiros

Brasília

2011

Catalogação na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade de Brasília

A ficha catalográfica é confeccionada pela Biblioteca Central
UnB.

Tuila Botega Cruz

MIGRAÇÃO DE RETORNO E MOBILIDADE SOCIAL

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais, habilitação Sociologia, e aprovada em sua forma final.

Brasília, 07 de Julho de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Medeiros
Orientador
Universidade de Brasília

Profª. Drª Ana Maria Nogales
Universidade de Brasília

Dedico este trabalho a Deus por ter me dado forças para iniciar, permanecer e concluir esta etapa. Principalmente, por Ele ter colocado em minha vida pessoas com as quais pude dividir minhas conquistas e também minhas angústias perante as dificuldades encontradas, meus pais – Sônia e Vicente. Dedico também aos demais familiares; aos meus amigos, de dentro e fora da Universidade, e ao Bruno Oliveira, verdadeiros companheiros de vida.

RECONHECIMENTOS

Agradeço ao grupo de professores do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília por todas as lições proferidas e por todas as palavras e ações de incentivo e apoio.

Em especial, agradeço ao professor Marcelo Medeiros pelas sábias palavras de orientação e conselhos, pelos incentivos e pela confiança em mim depositada. Sou grata principalmente por sua postura gentil e pelo comprometimento para com seus alunos. Com o seu auxílio pude me descobrir encantada por Sociologia e perceber o quanto importante é a profissão de sociólogo, não apenas para pensar a sociedade, mas para agir efetivamente sobre ela, tanto por meio do bacharelado como da licenciatura.

Por fim, deixo o meu agradecimento a cada membro da equipe do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM – por todo o apoio e palavras de incentivo, mas, especialmente, por me darem, a cada dia, doses de motivação e oportunidades valiosas para dar continuidade aos estudos sobre a temática das migrações.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo testar como a variável migração afeta a mobilidade social dos migrantes internacionais de retorno a partir da observação do mercado de trabalho. Dadas as dificuldades de acesso à população estudada, para a definição da amostra foi utilizada a técnica de “bola de neve” com controle por cotas, utilizando questionários como instrumento de coleta de dados. Buscou-se verificar a influência da migração a partir dos seguintes indicadores: nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e renda, bens e investimentos e capital social. A análise dos dados indica que os recursos obtidos a partir da migração concedem um diferencial para a re-entrada do migrante no mercado de trabalho, no país de origem, influenciando na inserção em ocupações melhores remuneradas e de maior prestígio.

Palavras-chave: Migração de Retorno; Mobilidade Social; Migração Internacional;

ABSTRACT

The research aims to test how the variable *migration* affects the social mobility of international return migrants, from the observation of the labor market. Due to difficulties of access to studied population, the technique of “snowball” controlled by quotas was used in order to define the sample. Questionnaires were used as a data collection instrument. The influence of immigration was determined from the following indicators: education level, participation in the labor market and income, assets and investments and social capital. The data analysis indicates that the resources gotten from the immigration experience affects the labor market re-entry of migrants. Back to the origin country, they tend to assume higher paid and more prestigious positions.

Keywords: Return Migration; Social Mobility; International Migration;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema de “bola de neve”	42
Figura 02: Nível de Escolaridade	45
Figura 03: Distribuição de cor auto-declarada	46
Figura 04: Países de destino	47
Figura 05: Tempo de migração	47
Figura 06: Tempo de retorno	47
Figura 07: Ocupação desempenhada no mercado de trabalho antes da migração	50
Figura 08: Grau de satisfação quanto à ocupação no mercado de trabalho antes de migrar	50
Figura 09: Inserção no mercado de trabalho após a migração	51
Figura 10: Ocupação desempenhada no mercado de trabalho após a migração	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Nível de Escolaridade antes e depois da migração	49
Tabela 02: Situação no mercado de trabalho antes e após a migração.....	52
Tabela 03: Posse de bens antes e após a migração.....	53
Tabela 04: Realização de investimentos antes, durante e após a migração	54
Tabela 05: Percepção sobre o capital social adquirido na migração	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARS – Análise de Redes Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO DE INTRODUÇÃO.....	15
2 MIGRAÇÃO, DO QUE SE TRATA?.....	18
2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS	18
2.1.1 Teorias Micro-sociológicas: o enfoque economicista	19
2.1.2 Teorias Macro-sociológicas: o enfoque histórico-cultural.....	21
2.1.3 Análise de Redes Sociais	21
2.2 MODALIDADES DE MIGRAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO	24
2.2.1 Migrações Internas	24
2.2.1.1 <i>Retorno de migrantes internos</i>	25
2.2.2 Migrações Internacionais	26
2.2.2.1 <i>Retorno de migrantes internacionais</i>	29
3 MOBILIDADE SOCIAL.....	34
3.1 MIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL.....	36
3.1.1 Migrações Internas e Mobilidade Social	36
3.1.2 Migrações Internacionais e Mobilidade Social	38
4 OBJETIVOS	40
4.1.1 Objetivo Geral.....	40
4.1.2 Objetivos Específicos	40
5 HIPÓTESES	41
6 METODOLOGIA.....	42
6.1 AMOSTRA	42
6.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	43
7 RESULTADOS.....	45
7.1 UNIVERSO DA PESQUISA.....	45
7.2 ESCOLARIDADE.....	48
7.3 MERCADO DE TRABALHO	49
7.4 POSSE DE BENS.....	53
7.5 INVESTIMENTOS	53
7.6 CAPITAL SOCIAL	54
7.7 MIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO	55
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
9 REFERÊNCIAS	60
10 APÊNDICE – Questionário de Pesquisa.....	63

1 CAPÍTULO DE INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo testar uma hipótese clássica nos estudos sobre os fluxos populacionais: a tese de que a mobilidade geográfica é acompanhada de uma mobilidade social. Nesse sentido, pretende-se testar como a variável migração afeta a reinserção dos migrantes na sociedade de origem, a partir da observação do mercado de trabalho.

Há vários estudos no Brasil que visam aferir a mobilidade social em função da variável *migração interna* (Jannuzzi; Gonçalves Costa; Biagioli; Baeninger; Andrade & Rodrigues), no nível das migrações internas, entretanto, há um número menos expressivo quanto aos estudos que se referem à abordagem das *migrações internacionais* (Siqueira; Hirano; Sasaki). Há ainda de considerar que no primeiro caso o enfoque da mobilidade social está normalmente posto sobre movimento de partida dos indivíduos para outra localidade e sua análise focada na comparação com os não-migrantes, tendo poucos estudos com o olhar sobre os migrantes que estão retornando ou retornaram para sua terra de origem.

Percebe-se que a migração de retorno consiste em um objeto de pesquisa pouco explorado e pouco se sabe sobre esse fenômeno, neste sentido, tal pesquisa torna-se relevante, pois busca fazer um estudo sobre os migrantes internacionais de retorno, com o objetivo de entender em que medida a migração contribuiu para a mobilidade social desses migrantes.

O retorno está atrelado à noção do sucesso ou fracasso da experiência migratória, em outras palavras, ao retornar, o indivíduo repensa sobre o que viveu e avalia se “venceu na vida” ou não. Normalmente, utilizam-se instrumentos econômicos como parâmetro, tais como as aquisições e investimentos econômicos realizados e a ocupação obtida na reinserção mercado de trabalho. Nesse sentido, o retorno é a etapa em que se mensura a mobilidade social do migrante retornado, após um período de vivência no exterior. Através de indicativos econômicos (dos bens adquiridos, do emprego obtido, etc.) analisa-se a posição desse indivíduo na estrutura social, se este, após ter migrado, teve mobilidade social ascendente ou descendente.

Segundo a literatura, a configuração de um migrante implica na compreensão de três aspectos – a origem, o destino e o retorno – como seus elementos constitutivos, pois a noção do retorno e a nostalgia são elementos que acompanham o grupo familiar que permanece e o indivíduo que emigra em todo o processo migratório, desde seu planejamento, passando por sua efetivação, até a volta concretizada.

O retorno concede circularidade às migrações, pois consiste o elo entre dois momentos, o de ir e o de voltar, e entre dois espaços, o país de origem e o de destino. A partir desse aspecto, entende-se a migração como uma via de mão-dupla, o que revela a complexidade do fenômeno migratório e torna sua análise mais completa.

Na rede migratória internacional, verifica-se que os retornados, tanto quanto os arranjos familiares, ocupam posições estruturais basilares para a organização e sustentação dos sistemas de migração. Nesse sentido, é possível afirmar que as redes sociais atuam tanto no momento de partida para a sociedade de destino quanto na migração de retorno, dando apoio financeiro e afetivo para o migrante que se reinsere na sociedade de origem.

É importante ressaltar que o status migratório pode contribuir tanto para a mobilidade social dos indivíduos que de fato emigraram, como também para seus familiares que permaneceram no país de origem. Aqui reside a importância das redes sociais, sendo este o aporte teórico escolhido na pesquisa.

A análise das redes sociais está comumente atrelada à interpretação de formação e continuidade dos fluxos migratórios, uma vez que fornece mecanismos de distribuição de recursos e informações que facilitam a inserção do migrante na sociedade de destino. Na presente pesquisa pretende-se utilizar tal referencial teórico para entender o sentido inverso, no qual consiste o retorno dos migrantes.

Em suma, neste estudo visa-se relacionar os seguintes conceitos: mobilidade social, migrações de retorno e a análise de redes sociais.

A pesquisa foi realizada no período de Março a Junho de 2011, e contou com a participação de 20 pessoas, sendo estas provenientes dos seguintes estados brasileiros: Goiás, Distrito Federal – com um maior número de participantes – Bahia e São Paulo. O universo de pesquisa envolve homens e mulheres, com a idade média de 30 anos, variando entre a idade mínima de 22 anos e a máxima de 58 anos.

A literatura aponta que muitas vezes a migração aparece como uma estratégia familiar ou individual para manter ou aumentar o status social já estabelecido ou como fonte de acúmulo de bens ou investimentos, em suma, se configura como uma estratégia para a mobilidade social ascendente.

Os resultados deste estudo parecem corroborar tal idéia. Há indícios de que a migração internacional concede aos migrantes um diferencial quanto à inserção no mercado de trabalho, seja devido o contato com outro idioma, seja devido à experiência e vivência em si em outro país. Nesse sentido, é possível inferir que a migração afeta positivamente a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

A presente pesquisa apresenta em sua seção inicial uma revisão bibliográfica teórica sobre o campo da mobilidade social. A seguir, faz-se uma revisão das correntes teóricas que visam compreender o fenômeno da migração. Na terceira seção apresentam-se os diferentes tipos de migração, sob a perspectiva do contexto brasileiro, sendo: migrações internas, migrações internacionais e migrações de retorno, de migrantes internos e internacionais. Na quarta seção há uma revisão dos estudos já realizados sobre mobilidade social e migrações. Logo após, está a

metodologia e os resultados da pesquisa. Por fim, encontra-se a síntese do trabalho e as considerações finais.

2 MIGRAÇÃO, DO QUE SE TRATA?

A definição do que vem a se inserir na categoria *migrante* tem uma dimensão arbitrária, mas, no entanto, é preciso considerar duas variáveis: a distância entre origem e destino, em primeiro lugar; e em segundo, o grau de ruptura com a origem de quem emigrou. Dessa forma, tais variáveis seriam as características distintivas entre um simples deslocamento geográfico e uma experiência migratória (Truzzi, 2008).

A mobilidade humana, enquanto objeto de estudo, refere-se a um fenômeno fundamentalmente multidisciplinar, pois permite interpretações de variadas ordens: *demográfica*, onde o enfoque se enquadra na dimensão dos fluxos de populações nos pontos de origem e destino; *econômica*, uma vez que os movimentos populacionais podem ser desencadeados por motivações ou mudanças de cunho econômico; *política*, em que envolve a esfera das políticas migratórias, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar as fronteiras entre os países; *psicológica social*, no sentido em que considera as dimensões individuais da personalidade do indivíduo, assim como envolve aspectos como o da integração dos migrantes à sociedade de destino e de origem, no caso do retorno; e, por último, é também um problema de ordem *sociológica*, haja vista que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

A globalização é um forte fator de estímulo às migrações, uma vez que intensifica o fluxo de informações sobre padrões de vida e oportunidades nos países industrializados. Entretanto, tal estímulo não é acompanhado por um aumento de oportunidades, nesse sentido, o fluxo de capital e mercadorias é incentivado enquanto há restrições para o fluxo de pessoas (Patarra, 2006).

Acerca do fenômeno migratório, nesta seção será apresentada uma abordagem teórica. Primeiramente, será feita uma revisão da bibliografia especializada neste assunto, onde as principais correntes teóricas e os conceitos pertinentes com o enfoque do trabalho serão apresentados. Posteriormente, será feita uma análise do fenômeno migratório, com relação ao contexto brasileiro, a partir de três vertentes: migrações internas, internacionais e de retorno.

2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A interpretação do fenômeno migratório a partir do conceito de **diáspora** (Cohen 1999, *apud* Patarra, 2006) é uma classificação histórica, a qual ressalta os limites e vulnerabilidades dos estados-nação, onde os movimentos eram ditados pelas circunstâncias dos países de origem.

Nessa corrente teórica o movimento populacional é interpretado como de caráter definitivo, no qual aquele que migra rompe com a sociedade de origem para viver na sociedade a que se destina. Nessa perspectiva, os aspectos de análise são: mudanças rápidas e densas na economia e sua relação com os outros setores, formas de migração internacional marcadas pelas relações de permanência, temporariedade e cidadania, a desterritorialização da identidade social etc.

Nesta seção as teorias acerca do fenômeno migratório, dentro de uma perspectiva sociológica, serão apresentadas da seguinte forma: primeiramente as teorias com enfoque economicista, posteriormente as teorias de enfoque histórico-cultural e, por fim, a Análise de Redes Sociais.

2.1.1 Teorias Micro-sociológicas: o enfoque economicista

Para muitos autores, a análise das migrações está fortemente atrelada à dimensão das motivações econômicas. Argumentando nesse sentido, Biagioli (2009) ao fazer um profundo estudo bibliográfico das teorias migratórias, evidencia alguns elementos importantes. O primeiro deles se refere aos Enunciados das Leis Empíricas da Migração de Ravenstein (1890), dos quais se podem destacar: primeiramente, que os deslocamentos de curta distância produzem correntes migratórias, sendo estas orientadas para os centros comerciais e industriais. Segundo, tais deslocamentos seriam realizados em etapas a fim de diminuir os custos da migração e, além disso, cada corrente migratória produziria outra em sentido inverso. Terceiro, que o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação influenciam no aumento das migrações. Por fim, que a motivação para migrar é basicamente econômica.

Segundo Soares (2000), a reunião de fatores econômicos, sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixar o próprio país, estão representados na teoria de *push-pull*, onde determinantes como um elevado crescimento demográfico; pobreza; o desequilíbrio de renda; a estagnação econômica; e as violações aos direitos humanos, resultantes de problemas políticos e sociais, poderiam conduzir à migração forçada.

Outra consideração importante é a influência dos fatores econômicos para a tomada de decisão sobre a migração, onde a decisão de migrar seria o resultado de uma racionalidade individual, na qual o indivíduo deseja obter mais capital humano e melhor inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, o volume das migrações variaria com o grau de diversificação entre as áreas e os estágios de desenvolvimento de cada uma delas influenciariam os fluxos migratórios (criando um fluxo e um contra-fluxo), formando destinos específicos. Além disso, os indivíduos migrantes possuiriam características diferenciadas, as quais lhes concederiam oportunidades também diferenciadas no mercado de trabalho (alta X baixa qualificação).

A existência de setores com características diferenciadas no mercado de trabalho se relaciona com os deslocamentos populacionais, uma vez que grande parte das atrações específicas exercidas pela migração internacional, em particular o movimento direcionado de países menos para os mais desenvolvidos, tem a ver com os mercados "secundários", ou zonas de economia informal.

A segmentação do mercado de trabalho é entendida a partir de dois pilares: o primeiro se refere aos serviços de alta qualificação enquanto o segundo se refere aos de baixa qualificação. A relação de dependência entre esse dois setores é denominada de teoria do "mercado de trabalho segmentado" (Piore, 1979; *apud* Siqueira, 2009). Segundo esta teoria, os mercados de trabalho caracterizam-se por possuírem dois segmentos principais: O mercado "primário", que detém como principais atributos: estabilidade das condições de emprego; bons salários; perspectivas de carreira e promoção interna e proteção social garantida. Por oposição, o mercado "secundário" composto por empregos de baixa qualificação; baixos salários; escassas oportunidades de promoção; insegurança laboral; e, freqüentemente, ausência de assistência social. Para este autor, o simples fato de haver um tipo de atividade com base em um mercado de trabalho caracterizado pela alta rotatividade e de caráter volátil, afasta os cidadãos nacionais e atrai os imigrantes, nesse ponto reside a necessidade acerca da mão de obra imigrante. Segundo ele, isso se percebe principalmente com aqueles que emanam de países mais pobres, haja vista as expectativas de obtenção de melhores condições de vida que o deslocamento para um país mais desenvolvido economicamente representa, sendo válido ressaltar, também, que a maioria desses imigrantes não possuem domínio da língua estrangeira, o que dificulta o acesso a outros tipos de emprego. De acordo com esta tese desenvolvida, infere-se que a motivação principal de um migrante consiste no desenvolvimento sócio-econômico da região a que se aspira chegar.

Desse tipo de situação é possível inferir uma territorialidade dos novos empregos, sendo que nos países mais desenvolvidos, as ocupações menos valorizadas - domésticas, serviços na área de construção civil, entre outros - são preenchidas por imigrantes, como é o caso dos latinos nos Estados Unidos, indianos na Inglaterra, turcos e balcânicos na Alemanha, árabes e subsaarianos na França, *nisseis* brasileiros que viram *decasséguis* no Japão.

A atração da população migrante não ocorre, no entanto, apenas no mercado secundário de trabalho. Os migrantes atraídos pelo mercado primário apresentam como principais características a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais; condições de mobilidade idênticas à dos nativos; e uma função de "reforço" da força de trabalho nacional. Em contrapartida, o acesso ao mercado secundário apresenta como principais atributos o de ser temporário ou ilegal; um recrutamento baseado nas origens étnicas e não em qualificações individuais; ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade; e uma função

disciplinadora da força de trabalho local. Este tipo de recrutamento representa a maioria dos trabalhadores migrantes no contexto internacional.

2.1.2 Teorias Macro-sociológicas: o enfoque histórico-cultural

A partir da abordagem histórico-cultural de Singer (1980), entende-se que as migrações são historicamente condicionadas, sendo um resultado de um processo geral de mudança. Neste caso, o foco está no processo social do fenômeno do deslocamento humano e não somente nas causas e consequências no sentido econômico.

Nesse sentido, outra forma de abordar esse processo, segundo Siqueira (2009) é a interpretação de Sassen (1988), na qual se entende que no contexto histórico atual de globalização, em que capital, serviços e informações, se deslocam com rapidez de um lugar para outro, o trabalhador também se desloca, sendo necessário estudar o contexto no qual elas ocorrem, suas motivações e subjetividades.

A reorganização da economia mundial, ao longo das décadas de 70 e 80, contribuiu para a constituição de um espaço transnacional, no qual circulam, não apenas trabalhadores, mas, sobretudo, capital, mercadorias, serviços e informação. A mobilidade do capital, mais precisamente a internacionalização da produção, tem gerado condições para a mobilidade do trabalho.

Em Soares (2000), dentro dessa perspectiva de análise, a migração é vista como fenômeno (relação, processo) social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconômico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais. A migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas; daí que os determinantes e consequências da migração devem ser remetidos a outros fenômenos sociais, historicamente condicionados, que se relacionam com o processo de mudança estrutural em determinada formação social.

2.1.3 Análise de Redes Sociais

A Análise de Redes Sociais – ARS – ocupa um nível intermediário no âmbito teórico, situando-se entre as macro e microteorias que explicam as migrações. Esta abordagem surge a partir da necessidade de se explicar duas questões fundamentais: em primeiro lugar, o motivo de alguém optar por se tornar migrante; e em segundo, e com maior ênfase, o porquê de algumas pessoas

optarem por essa condição e outras não, haja vista que um seguimento populacional está submetido às mesmas condições estruturais econômicas, políticas e sociais. (Soares, 2004).

Neste contexto analítico toma-se como relevante os laços sociais e seus conteúdos e como estes integram o processo de migração. Assim, a migração é pensada como *estrutura comunitária que translada*, uma vez que as unidades efetivas da migração são os conjuntos de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho, que incorporaram o país de destino nas alternativas de mobilidade por eles consideradas (Assis; Sasaki, 2000).

Para compreender a ARS é necessário esclarecer alguns conceitos principais (Soares, 2004). Entende-se que **Rede Social** é o conjunto de atores ou “nós” - organizações ou instituições sociais – que estão conectadas por algum tipo de relação. As redes mais importantes são aquelas fundadas em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e origem comum – conterraneidade – haja vista que tais relações não se criam pelo processo migratório, mas são reforçadas por ele a partir da experiência comum da migração.

As redes sociais não são unidirecionais e antes de o indivíduo migrar elas já se encontram estabelecidas. Nesse sentido, elas auxiliam o indivíduo durante todo o processo de migrar, desde o seu planejamento até sua efetivação, incluindo a etapa do retorno. Estas influem diretamente na providência e divulgação de informações gerais, apoio financeiro, assistência com despesas e acomodação inicial, indicar e/ou assegurar empregos, apoio psicológico e a manutenção de laços com comunidade de origem.

Ao analisar as redes sociais percebe-se que os atores tomam os outros integrantes da rede com os quais se relacionam como referência para tomar decisões, além disso, existem regularidades presentes nas relações entre esses atores. Em última instância tais características propiciam a formação das **Redes Migratórias**, ou seja, um tipo específico de rede social que agrupa outras redes existentes, estas precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar.

As redes migratórias, são laços que ligam as comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos (Assis; Siqueira, 2000).

Um último conceito que se faz fundamental esclarecer diz respeito ao **Capital Social**. O capital social corresponde aos recursos materiais e simbólicos presentes nas redes – como riqueza, poder e status – e também à quantidade de laços sociais que vinculam os atores e suas posições estruturais a esses recursos, sendo que a especificidade dessa forma de capital está em sua relação com os atores sociais, individuais e coletivos. (Soares, 2009).

Devido o capital social acumulado, a rede permite aos possíveis migrantes do país de origem manter contato com parentes, amigos e conterrâneos, além de obter informações e oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira no país de destino. Segundo as autoras Assis e

Siqueira (2008), no caso de migrações de longa distância, quanto mais estabelecidas são as redes, maiores as chances tem o migrante no lugar de destino, isso se dá devido o fato de estas ajudarem o migrante a se inserir na sociedade de migração e constituem um capital social e cultural importante para o acolhimento e adaptação do migrante na nova sociedade.

Nesse sentido, o ambiente social tem um papel efetivo no caso da migração internacional, porque esta só ocorre de fato se a rede social a que pertence determinado ator propicia o conjunto de laços/conexões que permita levá-la a efeito. Enfim, a migração internacional depende do perfil das conexões/laços da rede social da qual toma parte o ator; depende da posição estrutural que os fluxos “relacionais” conferem a ele nessa rede social, isto é, a rede social da qual o ator participa deve comportar vínculos que o inscrevam na rede migratória internacional para a consecução do migrar.

Por outro lado, é importante ressaltar que analisando as redes na contemporaneidade, estas têm sido utilizadas como mecanismos de recrutamento e exploração de trabalhadores. Os aliciadores, nesse processo, facilitam a migração, arcando com os custos iniciais, providenciando meios de auxílio na travessia – inclusive no que tange à documentação – e fazem garantias de hospedagem e de empregos, porém, muitas vezes, tais redes acabam se revelando como uma forma real de exploração e de desrespeito aos direitos humanos dos migrantes. Não raras as vezes os trabalhadores são recrutados para a execução de serviços degradantes, e se inserem em trabalhos em condições análogas à escravidão – seja no âmbito rural, no urbano ou no nível internacional – e/ou no mercado sexual, a partir do tráfico de pessoas. Nesse contexto, a variável migração reforça a situação de vulnerabilidade dos migrantes, pois na maioria dos casos estes não possuem a documentação adequada para permanecer no país estrangeiro, ou tem seus documentos retidos pelos componentes da rede, o que lhe confere uma situação de invisibilidade e reforça possibilidade de coação ao trabalhador migrante. Outro fator importante que corrobora a situação de vulnerabilidade é a falta de domínio do idioma e o medo da deportação, os quais dificultam e diminuem as chances dos migrantes de conseguirem auxílio para se desvincular da rede de exploração.

É importante ressaltar que as redes sociais agem em diferentes etapas da migração, seja durante o período de planejamento e preparação da viagem seja no momento de sua efetivação, mas também, e de forma bastante determinante, na etapa do retorno.

De acordo com o argumento de Fazito (2005), a migração pode ser empiricamente representada pelo modelo de redes sociais devido à condição do retorno. Uma vez que este desempenha duas funções primordiais: a) fundamenta simbolicamente os deslocamentos; b) desempenha uma função estrutural na topologia de um sistema de migração que o particulariza num dado contexto – a circularidade da rede social da migração. Assim, por um lado, o projeto de migrar do indivíduo só tem sentido com o retorno “para fechar o ciclo”, sendo este o princípio simbólico que inscreve circularidade nas migrações (Sayad, 2000). E, por outro lado, o retorno age no sentido

de dinamizar o processo migratório, haja vista a interligação entre pólos de origem e de destino, através das redes sociais.

Por fim, utilizando o argumento de Soares (2000), quando o debate que se estabelece entre as correntes teóricas das migrações, cabe afirmar que embora os fluxos migratórios estejam claramente associados às diferenças salariais, não são elas suficientes para dar conta da complexidade que o fenômeno migratório internacional abriga. A experiência tem mostrado que os migrantes não respondem mecanicamente às diferenças nas taxas salariais e de emprego, não estão imbuídos das mesmas motivações nem enfrentam os mesmos obstáculos; os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos nos quais as decisões de migrar são tomadas diferem.

2.2 MODALIDADES DE MIGRAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

De forma a complementar as perspectivas teóricas já elencadas, nessa seção serão apresentados os diferentes referenciais teóricos acerca das diferentes modalidades do fenômeno migratório (migrações internas, internacionais e de retorno) aplicadas a um contexto específico: o brasileiro.

2.2.1 Migrações Internas

Entende-se por migrante interno aqueles indivíduos não naturais de um dado município, cidade ou estado de residência, ou aqueles que, tendo ai nascido, já moraram em outro lugar (Jannuzzi, 2002).

Na interpretação dos fatores que induzem as migrações internas, é comum recorrer ao fato de que há diferenças regionais, inerentes ao processo de urbanização e industrialização. A partir dessa abordagem entende-se que os fatores que causam a migração são estruturais e normalmente de fundo econômico, enquanto as motivações são individuais e subjetivas (Biagioni, 2009).

Segundo Baeninger (2000), ao longo dos últimos vinte anos, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas destacam-se por sua influência no direcionamento a distribuição espacial e os fluxos de população no país.

As análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70, e até mesmo durante a década de 80, estiveram preocupadas em apontar: o crescente e intenso movimento de concentração da *migração*, com a predominância do fluxo para o Sudeste; o

processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade; e, a *população*, manifestada no processo de metropolização. De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira, com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional.

Os movimentos migratórios do final dos anos 80 para o início dos 90 apontaram mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira (Baeninger; 2000):

- a) Os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso mantiveram-se, como *área de absorção* de fluxos de longa distância, a partir dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- b) Houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” de população no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- c) Houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população.

Na década de 90 a crise financeira afetou a indústria, desregulamentou o mercado e a concorrência, fez abertura comercial, aumentou a taxa de juros etc, afetando, assim, os novos e antigos pólos econômicos brasileiros. Isso implicou em diminuição da expansão das ocupações, desemprego, hipertrofia no comércio e serviços (trabalho informal). Nesse sentido, corroborou para o enfraquecimento da tese de que a migração seria condicionada por desequilíbrios regionais (principalmente no nível econômico) que, a partir de um cálculo racional induz o indivíduo a migrar. Assim, a migração passa a ser, cada vez mais, condicionada e atribuída à busca por melhores condições de vida, saúde, habitação, proximidade da família, qualidade de vida etc.

No Brasil, os estudos revelam que a re-migração passou a ser um fenômeno importante desde a década de 80, com um aumento considerável do fluxo de retorno nas décadas mais recentes. Este assunto será tratado na seção a seguir.

2.2.1.1 *Retorno de migrantes internos*

A migração de retorno, ou re-migração nos termos de Baeninger (2000), pode ser atribuída devido a não adaptação dos indivíduos ao local de destino, onde estes tendem a retornar para os seus lugares de partida ou a seguir para outros destinos. Há ainda aquelas pessoas que retornaram aos seus lugares de origem, após obterem os ganhos desejados com a migração ou por terem se aposentado, sendo o retorno, para estes indivíduos, um evento programado.

No comportamento recente da migração interna brasileira nota-se o crescente volume de pessoas voltando para o seu estado de naturalidade e a expressiva participação das migrações de retorno nos fluxos migratórios. Os dados do Censo de 2000 revelam que no Brasil, 1.129 mil indivíduos tomaram a decisão de regressar aos seus estados de origem entre os anos de 1995-2000, o que corresponde a cerca de 22% do número de pessoas que fizeram algum deslocamento neste período. Deste fluxo, o mais intenso da migração de retorno está direcionado ao Nordeste, aproximadamente, 41% dentro do universo de re-migrados, caracterizando, portanto, a volta do nordestino para suas raízes. Este é um fenômeno relativamente novo, embora o Censo de 1991 já apontasse para esta tendência no comportamento da migração brasileira (Baeninger; 2000).

Para algumas regiões é importante destacar que a migração de retorno teve também no movimento intra-regional expressiva participação. Acompanhando a tendência nacional, no entanto, houve uma diminuição no retorno intra-regional, de 1981-1991 para 1990-1995. De fato, este movimento parece envolver maior contingente de pessoas em distâncias mais curtas, além disso, a nova dimensão espacial do fenômeno migratório propicia uma maior diversificação dos deslocamentos da população intensificando o retorno.

2.2.2 Migrações Internacionais

O interesse teórico sobre a migração internacional tem se concentrado sobre três tópicos principais: a origem de fluxos populacionais, os determinantes da sua estabilidade/continuidade; e a adaptação dos migrantes na sociedade de destino (Soares, 2000).

De acordo com a literatura, o histórico brasileiro acerca do fenômeno da migração internacional se caracteriza por dois períodos: primeiramente, no século XIX, no qual o país recebia imigrantes (europeus, africanos, orientais entre outros); e posteriormente, ao final do século XX – décadas de 70 e 80 – no qual os brasileiros se tornam emigrantes e deixam o país em direção aos Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental e Japão. Assim, o Brasil passaria, pouco a pouco a apresentar um perfil emigracionista ao incorporar-se ao conjunto das nações que abastecem o mercado mundial com trabalhadores (Fleischer, 2000).

No período de 1980 e 1990, onde ocorreu o *boom* da emigração de brasileiros, predominaram as motivações econômicas na tomada da decisão de migrar, haja vista as crises econômicas que atingiram o Brasil na década de 80, inflação, alta dos juros, desvalorização cambial, o período ditatorial, entre outros. Nesse sentido, como aponta a literatura, os migrantes se caracterizariam como *refugiados econômicos* (Fleischer, 2000).

Na análise contemporânea do cenário do Brasil, a exportação de emigrantes brasileiros, em paralelo com a entrada de imigrantes no país, é entendida por Patarra (2005) como uma nova

questão social, onde a crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão de obra, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, seriam os principais determinantes (Patarra, 2005).

Nessa perspectiva, entendendo os fluxos migratórios que se inserem no contexto brasileiro temos, por um lado, a imigração e, por outro lado, a emigração. No primeiro aspecto, os países do Mercosul, Bolívia, Chile, Peru são a maioria dos imigrantes que adentram o país, seguidos dos europeus, asiáticos e norte-americanos. Estes normalmente entram em um quadro de alocação temporária de mão de obra, e corroboram para a configuração de um mercado dual de imigrantes: pobres não-documentados (países sul-americanos) e imigrantes documentados e qualificados (Europa e EUA).

Os movimentos emigratórios dos brasileiros se deram predominantemente em direção aos EUA, Japão, Itália, Alemanha e, mais tarde, para Portugal, Espanha e Inglaterra. A questão social da saída de brasileiros revela uma circularidade (redes), ou seja, não assume características de um movimento de diáspora com tendência à permanência definitiva.

Os EUA são o principal destino para os emigrantes brasileiros, este se encaixa no seguinte perfil: jovens, com nível médio de instrução, pouco conhecimento do idioma, de classe média, que lançam mão da entrada clandestina e que atuam nos serviços de baixa qualificação (rejeitados pela população americana), mas com boa remuneração se comparado com a renda no Brasil e a situação de desemprego. O crescimento econômico deste país aparece na literatura como a principal motivação para que os indivíduos para lá emigrem.

Ao se tornarem imigrantes nos EUA os indivíduos têm geralmente por objetivo trabalhar e juntar dinheiro para adquirir bens ou iniciar seu próprio negócio ao retornar ao Brasil. O tipo de trabalho a que se submetem se enquadra no mercado de trabalho secundário. Em suma, os brasileiros realizam um tipo de trabalho, que provavelmente não realizariam no Brasil, mas que permitem a eles ganhar uma quantia de dinheiro superior ao que ganhavam e também viver com melhor qualidade de vida, haja vista as possibilidades que se têm de usufruir de serviços públicos tais como educação e saúde (em geral, com condições superiores aos serviços brasileiros) e ainda terem acesso à esfera do consumo.

Em Siqueira (2005), os indivíduos migram em busca pela melhoria da condição de vida ou manutenção do padrão que se tem no Brasil. Nesse sentido, é possível perceber que a partir do período da década de 90 e começo desse século, a migração não pode ser somente atribuída às crises econômicas e o cenário negativo do Brasil, mas ao invés disso, às boas condições econômicas do país que permitiram aos indivíduos de classe média arcar com as despesas e os custos que a migração estabelece e efetivá-la.

No período da década de 90 a questão da reunião familiar se torna importante, tal aspecto marca o início da inserção das mulheres no processo migratório, pois geralmente os homens iam

primeiro e depois as mulheres e filhos para a reunião familiar. A composição do fluxo neste período já apontava a tendência ao equilíbrio entre os sexos, onde as mulheres tendem a ter maior facilidade na ocupação de postos no mercado de trabalho.

Na América Latina, a emigração de brasileiros para o Paraguai chama a atenção, sendo este o 2º país que possui o maior número de brasileiros. Este fluxo está intimamente relacionado à constituição da fronteira (agricultura, contrabando, narcotráfico).

Na emigração para a Europa há fatores históricos e culturais, decorrentes do próprio processo colonizador e migratório brasileiro (antes caracterizado por receber europeus) que influem na decisão de migrar. O perfil dos emigrantes é parecido com o dos que vão para os EUA e os principais destinos são Itália, Portugal e Espanha. Já no que se refere à emigração para o Japão, esta se relaciona com características históricas do processo migratório, envolvendo, em sua maioria, os descendentes de japoneses.

Analizando esse quadro, é possível perceber que, além das motivações econômicas, há aquelas de caráter subjetivo que também exercem influências significativas para a tomada da decisão de migrar. Aspectos como: a descendência familiar dos indivíduos, crises familiares (divórcios, busca por emancipação), laços afetivos e presença de outros migrantes também desencadeiam estímulos para que os indivíduos decidam migrar.

É importante perceber, à luz da autora Gláucia de Oliveira Assis (1995), que as redes sociais atuam tanto no país de origem dos migrantes, concedendo suporte enquanto estes planejam sua viagem e durante sua estadia fora do Brasil, quanto no país de destino, auxiliando na adaptação inicial. As migrações se tornam um projeto familiar, afetivo e econômico, haja vista que envolvem também os indivíduos que permanecem no Brasil. “Assim os emigrantes utilizam-se das redes sociais tanto para permanecerem nos EUA quanto para manterem os laços com o Brasil.” (Assis, 1995; p. 131).

Além disso, as redes sociais induzem ao processo de formação das chamadas “comunidades filhas” e pressupõem um redirecionamento no fluxo migratório para lugares específicos.

Acerca da perspectiva da autora Teresa Sales (2001), há uma suposição de redefinição de propósitos em relação à migração. Percebe-se a configuração de uma 1º geração de migrantes no período da década de 80, na qual os emigrantes tinham por objetivo ir para outro país para conseguir ascensão social (“fazer fortuna”) e voltar para seu país de origem. E por volta dos anos 90, configura-se uma 2º geração, composta pelos filhos ou familiares desses migrantes primários, aqueles que nasceram no estrangeiro, ou os que migram para lá se juntarem aos seus pais e/ou familiares. Estes se preocupam em se inserir na cultura e na sociedade do país no qual se instalaram. Essas gerações apresentam diferentes percepções ao migrar, haja vista que a 2º, normalmente conta com a inserção em redes sociais e laços afetivos mais amenos em relação ao país do qual saiu.

Dessa forma, percebe-se a divisão em fases do processo migratório, na qual há uma primeira fase temporária que vai cedendo espaço para uma segunda fase, sendo esta permanente ou com estadas mais longas. Uma razão para essa redefinição pode ser atribuída ao cenário brasileiro da época, haja vista que este se caracterizava por períodos inflacionários, falta de oportunidade de emprego, decepção com a era Collor, problemas de segurança urbana, entre outros.

De acordo com o exposto percebe-se que o que permeia o processo de migração de brasileiros vai além da esfera econômica, de forma a demonstrar que à parte subjetiva e social atribui-se uma grande importância e relevância para uma compreensão mais complexa.

2.2.2.1 *Retorno de migrantes internacionais*

No fenômeno migratório, a coesão entre os acontecimentos e os significados percebidos e atribuídos ao longo da experiência em um país estrangeiro, de indivíduos e grupos sociais, é possível devido o retorno. Sendo este elemento constitutivo da condição do migrante, haja vista que o acompanha durante toda sua jornada migratória, o que envolve o período pré-partida, a efetivação da partida e os planos de voltar ao país de origem. É, portanto, a noção de retorno que concede status ontológico à dinâmica migratória; é a nostalgia/saudade da origem que confere a uma pessoa sua condição de migrante.

A partir da análise das migrações de retorno, o migrante passa a ser entendido como aquele que se desloca para outro país e que, se mantém ligado ao país de origem. Sendo o retorno o elo entre dois momentos – o partir e o voltar – e entre dois espaços – o país de origem e o de destino, simultaneamente.

A concepção do retorno é comumente associada à dicotomia origem/destino, porém tal visão se torna simplista, tendo em vista que este fenômeno, apesar de implicar dois pólos de forma definida, não se restringe a isso. Este implica em um movimento constante e contínuo envolvendo esses dois pólos. Nesse sentido “o retorno não é o fim de um ciclo, mas parte de um movimento circular e dinâmico” (Osman, 2007).

Tal idéia pode ser corroborada pelo argumento de Sayad (2000), para o qual o retorno representa uma categoria fundamental do fenômeno migratório, pois confere sentido e explica a unidade das relações complexas entre emigração e imigração, ausência e presença, exclusão e inserção.

O retorno remete, necessariamente, às relações do migrante com o *tempo*, o *espaço físico* e com o *grupo*. Em relação ao tempo, o migrante o concebe como uma retrospectiva à emigração; quanto ao espaço este é sempre tido como algo nostálgico e carregado de afetividade; e sobre o grupo ressalta-se a noção de pertencimento ao território nacional. Nesse sentido, as migrações se

legitimam socialmente através de normas e valores próprios das comunidades, e os deslocamentos passam a significar o processo de reconhecimento e pertencimento coletivo. O retorno não diz respeito ao espaço físico em si, mas principalmente ao espaço social. Nesse aspecto reside uma grande impossibilidade prática, pois o migrante nunca retorna à mesma estrutura social que havia antes de migrar, apesar de estar de volta ao espaço físico (Sayad, 2000).

Segundo Osman (2007), o retorno se faz componente da condição de migrante, enquanto, por outro, o não retorno pode ser interpretado como “traição” à terra natal. Neste aspecto reside a obrigação do retornar e isso se deve ao fato de a migração ser um projeto coletivo, e não individual. Nesse sentido o autor argumenta que o retorno além de uma possibilidade seria uma obrigação, a qual faz com que o migrante se sinta ligado à sua terra de origem, aos seus familiares e conterrâneos, e que viva, portanto, a experiência da migração e da ausência como uma carga intensa de dramaticidade expressa nas idéias de obrigação e da culpa, as quais se expressam nos sentimentos de saudade, nostalgia e da ilusão do retorno.

O migrante tende a ter uma visão romântica em relação a seu país de origem, de forma a demonstrar que a migração em si não rompeu definitivamente os laços estabelecidos com o país de origem. É comum perceber as tentativas de manutenção de vínculos a partir de visitas periódicas, investimento em bens e imóveis, envio de remessas ou presentes etc.

O ato de retornar não ocorre simplesmente devido “fracassos” ou “sucessos” no nível econômico. A decisão de migrar não deve ser considerada como irreversível, a pessoa pode decidir migrar mais de uma vez ou, ainda, retornar ao seu lugar de origem como forma de corrigir erros de avaliação na decisão inicial. Segundo Fazito (2005), a participação das redes familiares nos deslocamentos serve para justificar tanto o migrar quanto o retornar.

Além disso, na literatura há o consenso de que as redes sociais atuam também nas migrações de retorno, haja vista que exercem grande impacto sobre o processo social das migrações, contribuindo definitivamente para o fortalecimento e expansão dos fluxos migratórios, onde os retornados ocupam posições estruturais fundamentais para a organização e sustentação dos sistemas de migração, em especial, posições estruturais de intermediação dos fluxos entre origem e destino, utilizando seus laços fortes nas redes pessoais para recrutamento, agenciamento e suporte aos novos migrantes.

Na América Latina o tema do retorno foi pouco considerado, pois a configuração dos fluxos oriundos da Europa, África e Ásia tinham por objetivo o fornecimento de mão de obra e o fomento do povoamento, e devido este caráter, eram tidas como definitivas.

Nos estudos migratórios atuais sobre este tema, o migrante retornado está incluído no conjunto das modalidades das transferências e impactos nos lugares de origem. Assim, relacionam-se a esse objeto os estudos sobre remessas e sobre a configuração dos fluxos migratórios. Para Fusco e Souchaud (2008), essa perspectiva alimenta a dimensão utilitarista da migração, haja vista a

tendência de as organizações internacionais transferirem aos migrantes a responsabilidade do desenvolvimento. Nesse sentido, o migrante internacional seria um ator do desenvolvimento local no seu país de origem, seja pelas remessas que ele vem fazendo ao longo de sua emigração, seja no momento do retorno (Fusco e Souchaud 2008)

Estes autores ao analisarem as correntes de migração de retorno para o Brasil constatam que:

- O retorno de emigrantes brasileiros do Paraguai consiste no fluxo de maior volume (26,8% segundo o censo de 2000) e se insere num contexto de fronteira agrícola, onde boa parte dos retornados desempenham ocupações nos setores de agricultura e pecuária, e um menor número desempenham atividades no setor de serviços domésticos.
- A migração de retorno do Japão é o segundo maior fluxo com 17%, segundo o mesmo censo. Neste contexto, o retorno deve ser considerado como temporário, na qual o indivíduo tem a possibilidade de retornar, permanecer por um tempo e emigrar novamente, haja vista que a legislação japonesa permite múltiplas migrações e múltiplos retornos aos descendentes de japoneses. A distribuição dos retornados do Japão se concentra mais fortemente nas regiões onde há comunidades japonesas, como em São Paulo e no Paraná, o que evidencia a importância do espaço inicialmente ocupado no período da imigração japonesa no Brasil.
- A migração de retorno dos EUA compõe o terceiro maior fluxo com 16%, porém a proporção de migrantes indocumentados contribui tanto para a falta de estimativas mais precisas, quanto para um menor volume de retorno. Há predominância dos retornados nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e em menor número no Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Goiás. Há uma pequena quantidade de municípios conectados com a migração para os EUA (poucos pontos de saída), sendo este fluxo migratório restrito a algumas regiões específicas do país.

A questão do retorno está intimamente conectada à emigração e, mais especificamente, às condições de produção de um determinado fluxo de migração, cuja conformação se define histórica, política e socialmente, tanto no país de origem quanto no de destino. O retorno não é o final de uma seqüência migratória, a conclusão de um ciclo de vida, mas, ao contrário, é provavelmente um elemento a mais num ciclo que pode não acabar.

Durante o percurso do projeto migratório, dadas as condições sociais, econômicas e culturais, esse projeto é reelaborado e o retorno apresenta diferentes nuances. Assim, é possível considerar cinco categorias de retorno (Siqueira, Assis & Dias, 2010).

- 1- Retorno *temporário*: é aquele em que o migrante define o país de destino como seu local de moradia. Lá tem sua família, seu trabalho, e seus investimentos. Muda seu padrão de vida e consumo, pois já não têm a preocupação de fazer poupança para voltar e investir no Brasil. Vêm ao Brasil em ocasiões esporádicas, como férias ou festas familiares.

- 2- Retorno *continuado*: Durante o tempo de vivência em outra sociedade o emigrante trabalha e poupa dinheiro no intuito de retornar à sociedade de origem e investir em algum imóvel. Porém, ao retornar não obtém sucesso em seus investimentos financeiros e nem em sua readaptação à vida no Brasil, com isso re-emigra.
- 3- O Retorno *permanente* é aquele em que o emigrante retorna e consegue estabelecer-se na sua cidade ou país de origem, não pretende emigrar novamente. Conseguem se readaptar ao estilo de vida da sua cidade de origem e creditam a sua condição ao seu projeto migratório. São os que se tornaram autônomos ou conseguiram se inserir no mercado de trabalho; são considerados bem sucedidos, pois concretizaram o projeto de ascensão social ou melhoria de vida.
- 4- O *transmigrante* é aquele que vive nos dois lugares. Em sua maioria são documentados, têm vida estabilizada no país de destino e no Brasil. Possuem casa, fazem investimentos e trabalham nos dois lugares. Transitam, têm visibilidade e são atores sociais nos dois lugares.
- 5- Os *retornados da crise*. A partir do ano de 2007, a crise atingiu diretamente as ocupações situadas no mercado de trabalho secundário, onde houve redução de trabalho e ganhos. Nessa situação o custo benefício da emigração deixa de ser positivo e muitos optaram por retornar diante da inviabilidade de continuar vivendo nos EUA e em outros países que foram também atingidos pela crise (Portugal, Itália, Espanha, etc.). Para muitos o projeto migratório tornou-se um projeto interrompido, frustrado.

Segundo Hirano (2005), quando a finalidade é compreender por quais motivos e condições a migração de retorno de trabalhadores internacionais se concretizam, o contexto social, econômico e político devem ser acompanhados em ambos os países envolvidos.

No caso daqueles indivíduos que migraram por um motivo de ordem econômica, ou seja, determinado pela busca por melhores oportunidades de emprego e da expectativa de incremento da renda, o seu retorno pode ser visto como um evento planejado ou uma resposta às condições encontradas no destino. No primeiro caso, o indivíduo programa encerrar o seu ciclo migratório voltando ao seu ponto de partida, portanto, o regresso faz parte de um plano ótimo de residência ao longo da vida. A migração é realizada como um investimento e o tempo de estada fora seria o necessário para obter os retornos financeiros desejados. Já no segundo caso, o retorno é visto como uma opção diante do insucesso da migração inicial. Em face ao desapontamento com as condições encontradas no destino, como a falta de emprego, as más condições de moradia ou a não-materialização da renda esperada, o regresso pode representar, portanto, uma alternativa segura e com menor custo do que seguir para um terceiro destino (Hirano; 2005).

Instauram-se alguns mitos sobre o retorno. O primeiro se sustenta na idéia de que a migração é sempre um ato provisório e que o retorno é uma certeza, apesar de não se ter a definição

exata do tempo em que irá residir no outro país. O segundo consiste na crença de que aquele que retorna continua o mesmo, com os mesmos gostos e hábitos, nesse aspecto reside a dificuldade da readaptação. Assim, a experiência, as habilidades e os bens adquiridos no exterior, muitas vezes dificultam a readaptação dos imigrantes em seu país de origem. (Osman, 2007)

No retorno ao seu país de origem, o migrante se depara como uma nova realidade com a qual não está mais familiarizado e sente as dificuldades de readaptação e de reintegração. Nesse sentido, Sasaki (2000) evidenciou em seu estudo, que o migrante *dekassegui* retornado se depara com várias dificuldades ao retornar ao seu país de origem como: 1) atender às exigências do mercado de trabalho; 2) conseguir um emprego satisfatório e bem pago; 3) retornar ao emprego anterior; 4) medo de abrir um pequeno negócio e perder todo o capital pouparado; 5) não ter capital suficiente para abrir um negócio. Além desses fatores, é válido ressaltar que as mudanças que ocorreram no estilo de vida e no que se refere ao consumo também podem representar entraves à reintegração na sociedade de origem.

Segundo Hirano (2005), o migrante retorna ao Brasil com várias expectativas, mas muitas delas não se concretizam. Primeiro, ele não encontra o país como havia imaginado ou pensado, é como se as coisas estivessem fora do lugar; segundo, é que as ‘habilidades’ adquiridas na sua imensa maioria não é aproveitada e utilizável aqui no Brasil, em virtude de exercerem trabalhos altamente desqualificados; terceiro, a sua ausência do mercado trabalho em virtude da migração tornou o migrante despreparado e atrasado profissionalmente, para o contexto brasileiro. Desta forma, a reintegração destes migrantes torna-se um processo difícil e que em muitos casos estimula uma nova migração, adiando o retorno definitivo.

Neste sentido, o autor chama a atenção que para a reintegração dos migrantes que retornam é necessário e de extrema importância, que o processo de reintegração comece com um comprehensivo estudo das condições sociais, econômicas e demográficas dos retornados e o meio para o qual eles retornaram (Hirano; 2005).

3 MOBILIDADE SOCIAL

Segundo a literatura, o termo mobilidade social se refere às mudanças no status social, ou seja, na posição que um indivíduo ocupa numa hierarquia de um determinado sistema de estratificação social.

Os estudos sobre mobilidade social no Brasil concentram-se em cinco campos de pesquisa: mobilidade ocupacional intergeracional e intrageracional; mobilidade e seguimentação do mercado de trabalho entre os setores formal e informal da economia; mobilidade de renda; e mobilidade educacional (Andrade; Rodrigues 1995). Nesse sentido, os indicadores mais recorrentes de mobilidade social são: status ocupacional, nível educacional, renda, status migratório, idade, sexo e raça.

Acerca da discussão sobre mobilidade social, Scalon (1999) lança mão de alguns conceitos importantes:

- a) *Imobilidade*: refere-se à reprodução, nos estratos de destino, das posições de origem. Nesse sentido, as possibilidades de mudança no status inicial são restritas e com poucas chances de efetivação.
- b) *Mobilidade estrutural*: as mudanças entre os estratos de origem e de destino acontecem devido mudanças estruturais na economia, as quais abrem novas posições no mercado de trabalho ou novos postos ocupacionais, como, por exemplo, aquelas oriundas dos processos de urbanização e industrialização.
- c) *Mobilidade de circulação/ por troca*: o movimento entre estratos resulta de um processo intrínseco de movimentação dentro do mercado de trabalho. Assim, a mobilidade de um indivíduo depende de que a sua posição de destino seja desocupada por motivos de aposentadoria, morte ou descensão/ascensão social de outro indivíduo. Em outras palavras, para que um trabalhador preencha uma posição no mercado de trabalho é necessário que ela seja desocupada por outro. Devido ao fato de as mudanças de posições não resultarem da abertura de novas posições, mas sim da disponibilização de vagas já existentes, a mobilidade de circulação depende basicamente dos recursos individuais, destacando o papel da educação e do treinamento neste processo de mudança.
- d) *Mobilidade intergeracional*: compara-se o estrato do pai no momento em que o indivíduo obteve seu primeiro emprego – sendo este entendido como estrato de origem – com o estrato do indivíduo no momento em que entrou no mercado de trabalho (primeiro emprego), sendo este o estrato de destino. A mobilidade se estabelece quando as posições de origem e destino são diferentes, sendo esta última melhor remunerada e/ou com mais prestígio social.

- e) *Mobilidade intrageracional/ de carreira*: refere-se à mobilidade experimentada pelo indivíduo durante seu ciclo de vida de trabalho. Nesse tipo de mobilidade a origem é definida pela posição ocupada pelo indivíduo no momento em que entrou no mercado de trabalho (primeiro emprego) e o destino é definido pela sua posição atual. Assim, é possível aferir o padrão de movimentação durante sua vida economicamente ativa (ciclos de vida/trajetória individual). Uma vez que as posições de origem e destino são diferentes, sendo esta última melhor remunerada e/ou com mais prestígio social, há mobilidade social.
- f) *Mobilidade total*: os movimentos entre estratos observados com base na ocupação do pai no momento em que o indivíduo teve seu primeiro emprego e na sua ocupação atual. Dessa forma a mobilidade total inclui a mobilidade intergeracional (de geração) e a intrageracional (de carreira).

Em suma, a mobilidade social pode acontecer devido a mudanças estruturais – como a geração de novos empregos ou ocupações; ou por via das características individuais, onde elementos como educação, experiência, informação, rede de contatos/relacionamento, entre outros, ganham relevância. Além disso, esta pode ser ascendente ou descendente, de curto ao longo alcance.

A mobilidade social é compreendida por Pastore (1979) como fruto de uma combinação de recursos individuais e estruturais. Entre os fatores estruturais ele sublinha a importância dos níveis de emprego, da diferenciação ocupacional, da urbanização, da industrialização, entre outros. Entre os recursos individuais ele enfatiza a educação, idade, treinamento, experiência etc. Se nas sociedades em processo de industrialização prevalece a mobilidade estrutural, nas sociedades mais desenvolvidas o tipo de mobilidade predominante é a de circulação. Nesse caso, as variáveis individuais tais como educação, exercem maior influência nas chances de mobilidade nesses mercados porque são determinantes para a mobilidade circular.

Aplicando tais idéias ao contexto brasileiro temos que a mobilidade estrutural predomina num momento em que a economia experimenta mudanças estruturais, causadas principalmente por processos de industrialização e urbanização. Pode-se afirmar, portanto, que na década de 70 o predomínio da mobilidade estrutural sobre a circular explicitava os resultados de um processo que transformou o Brasil rural em urbano, também marcado pelo crescimento dos setores industrial e de serviços. Uma maior mobilidade circular observada nos fins da década de 80 demonstra que esse processo já se consolidou e, portanto, diminuem as mudanças de posições no mercado via mudanças estruturais, o que leva a uma situação de mobilidade marcada primordialmente por características pessoais, tais como idade, educação, treinamento, etc.

3.1 MIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

Nesta seção será apresentada a revisão dos estudos já feitos sobre mobilidade social em função do status migratório, primeiramente encontra-se a análise referente ao enfoque das migrações internas e, posteriormente, há a abordagem com o enfoque nas migrações internacionais.

3.1.1 Migrações Internas e Mobilidade Social

Os estudos sobre migração interna e mobilidade social comumente se relacionam à hipótese de que a mobilidade social estaria fortemente associada à mobilidade geográfica, sendo esta abordagem algo clássico nos estudos de mobilidade social. Nesse sentido, associa-se à idéia de Pastore (1979) na qual: “Os migrantes tendem a fazer muita mobilidade social e, na realidade, a migração promove a ascensão social tanto de migrantes como de não-migrantes” (Pastore; 1979, p. 48 *apud* Beaninger; 2000).

A formação da sociedade urbano-industrial é uma variável de importante no estudo da migração interna, principalmente a partir da perspectiva da mobilidade social. Os processos de urbanização e industrialização corroboraram para a mudança no panorama ocupacional de base agrícola para um perfil setorial mais diversificado, urbano, com ocupações de maior produtividade e remuneração. Sendo este processo elucidado pelo fenômeno da migração do campo para as cidades, no qual se configura o êxodo rural. O estudo de Pastore (1979) demonstra aumento de escolaridade e um incremento nas possibilidades de ocupação de postos de trabalho ao se referir aos migrantes com maior tempo de residência na localidade de destino. Para este autor, apenas os migrantes que vinham da zona rural possuíam uma grande desvantagem: sua situação frágil em termos educacionais, fato que os levava à pouca mobilidade ocupacional.

Jannuzzi (2002) também argumenta que durante período de 1950 a 1980 o êxodo rural foi um fator importante para a definição dos fluxos migratórios. Essa perspectiva percebe a migração a partir do cálculo macroeconômico de custo-benefício, no qual os fatores de atração (oferta de emprego, altos salários etc) e de expulsão (pobreza, desemprego etc) influenciariam o indivíduo a migrar, sendo esta decisão um passo em direção à mobilidade ascendente.

Os processos de urbanização e industrialização geraram dois efeitos fundamentais sobre a estrutura social. De um lado, determinaram a mobilidade ascendente intrageracional – em nível da trajetória pessoal do indivíduo, em relação à primeira ocupação no mercado de trabalho – e

intergeracional – em relação à ocupação dos pais. Por outro, influenciou a formação da classe média, a partir da mudança no panorama ocupacional – de atividades manuais para as não manuais.

Nos anos 70, os estudos tentaram verificar se a inserção ocupacional diferiria de forma significativa entre os que migraram e os que não migraram; e em que medida a posição no mercado de trabalho melhoraria conforme aumentasse o tempo de permanência do migrante nessa sociedade. Em outras palavras, havia uma preocupação em se entender como a migração estaria atuando como mecanismo de transformação social da sociedade tradicional em uma urbana, de redução das disparidades regionais e sociais (Jannuzzi, 2002).

Entre 1990 e 1993, explica Januzzi (2000), a indústria, sobretudo, a agropecuária foi perdendo seu espaço entre os principais setores de ocupação de mão-de-obra, enquanto os demais, em especial a prestação de serviços e serviços domésticos, cresceram. Assim, existiam oportunidades tanto para trabalhadores migrantes qualificados quanto para aqueles com baixa qualificação, seja na indústria seja no setor de serviços, com riscos, evidentemente, de desocupação. Para este autor, os migrantes nordestinos, em especial, experimentaram mobilidade ascendente na escala sócio-ocupacional, ainda que, para a maioria deles, a mudança tenha significado apenas uma troca de ocupações mal-remuneradas da agropecuária descapitalizada para o baixo terciário urbano. Além disso, as dificuldades iniciais de inserção no mercado de trabalho, assim como o maior risco à desocupação, levaram uma parcela dos migrantes a aceitar emprego em ocupações menos qualificadas que as anteriormente exercidas.

Assim, o Brasil se constitui como um típico caso em que mudanças estruturais trazidas pela industrialização atraem perspectivas promissoras para a mobilidade social pela criação de oportunidades para incorporação de mão-de-obra em ocupações novas, mais diferenciadas, de maior *status* na própria indústria, no comércio, nos serviços sociais, na Administração Pública, enfim, em vários setores da economia que se formava. Desse modo, os migrantes acabaram sendo influenciados positivamente pelos efeitos dessas mudanças nas demandas adicionais de serviços e equipamentos urbanos no mercado de trabalho nas cidades.

Nos anos 80 e 90 a variável migração perde um pouco a eficácia para explicar a mobilidade no mercado de trabalho. Haja vista as mudanças significativas na dinâmica migratória, quanto à intensidade para os centros de polarização populacional e quanto ao redirecionamento dos fluxos para outras localidades, no qual ocorre a diminuição do fluxo para as grandes metrópoles e o aumento para as médias cidades com bom desenvolvimento econômico, e também o aumento da migração de retorno.

Na década de 90 a crise afeta a indústria, desregulamenta o mercado e a concorrência, faz abertura comercial, aumenta a taxa de juros etc, afetando, assim, os novos e antigos pólos econômicos brasileiros. Isso implica em diminuição da expansão das ocupações, desemprego,

hipertrofia no comércio e serviços (trabalho informal). Em suma, diminui as chances da classe média de ascender e aumenta as de decair na pirâmide social.

3.1.2 Migrações Internacionais e Mobilidade Social

Entendendo mobilidade social como a mudança de indivíduos de uma posição social para outra, tal campo temático se relaciona com o fenômeno migratório. Nesse sentido, tem-se que projeto de emigrar é algo familiar, social e depende de um conjunto de fatores históricos e sociais que disponibilizam condições, estratégias e meios para que o potencial emigrante possa executar o seu projeto. Uma componente importante são as possibilidades vislumbradas pelo emigrante para ascender social e economicamente, ou para manter uma posição social já estabelecida. É a procura dessas possibilidades, avaliando os custos e benefícios, que empreendem a aventura de emigrar.

Em sua pesquisa, Siqueira (2009) revelou que o principal motivo declarado pelos migrantes para emigrar para Portugal e para os EUA é a possibilidade que vislumbram de ascensão social, concretizada através da compra da casa, da aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis, da abertura de empresas, entre outros. Emigram, portanto, por terem como principal motivação a possibilidade de ganhar dinheiro e de melhorar o padrão de vida no Brasil.

Tal aspecto se relaciona com a constatação de que no retorno, os migrantes só consideram que foram bem sucedidos e são reconhecidos como bem sucedidos, se mudaram de posição social e econômica. Nesse sentido, a mobilidade social, obtida via migração, teria também o papel de justificar a ausência desses migrantes.

Siqueira (2009) revelou que a mobilidade ascendente é atingida pelo emigrante por uma via dupla, uma vez que aumentam o rendimento e as possibilidades de consumo, haja vista que passam a consumir bens a que antes não tinham acesso, tais como viagens de férias, produtos alimentares mais caros e variados, educação e plano de saúde, etc.

O projeto de emigrar, independente da direção do fluxo, passa sempre pelo desejo de retornar com uma situação econômica melhor. A compra de casa própria, o investimento num negócio que possibilite um rendimento maior, são os principais motivos que impulsionam o projeto emigratório. Nesse sentido, é interessante retomar a idéia de que os familiares que permanecem nas cidades de origem também experimentam uma mobilidade, mesmo que de curta duração, pois as remessas enviadas pelo emigrante possibilitam o acesso a uma habitação melhor e ampliam as possibilidades de consumo.

O retorno está atrelado à noção do sucesso ou fracasso da experiência migratória, em outras palavras, ao retornar, o indivíduo repensa sobre o que viveu e avalia se “venceu na vida” ou não. Normalmente, utilizam-se instrumentos econômicos como parâmetro, tais como as aquisições e

investimentos econômicos realizados e a ocupação obtida na reinserção mercado de trabalho. Nesse sentido, o retorno é a etapa em que se mensura a mobilidade social do migrante retornado, após um período de vivência no exterior. Através de indicativos econômicos (dos bens adquiridos, do emprego obtido, etc.) analisa-se a posição desse indivíduo na estrutura social, se este, após ter migrado, teve mobilidade social ascendente ou descendente.

4 OBJETIVOS

4.1.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa tem por objetivo testar uma hipótese clássica nos estudos sobre os fluxos populacionais: a tese de que a mobilidade geográfica é acompanhada de uma mobilidade social. Nesse sentido, pretende-se testar como a variável migração afeta a reinserção dos migrantes retornados na sociedade de origem, a partir da observação do mercado de trabalho.

4.1.2 Objetivos Específicos

- Explicar como a migração afeta a reinserção de migrantes retornados ao mercado de trabalho
- Identificar os recursos (capital social) obtidos pelos indivíduos migrantes a partir da experiência migratória
- Explicar como a variável migração se relaciona à mobilidade social dos migrantes de retorno

5 HIPÓTESES

A pesquisa trabalha com a hipótese de que o capital social acumulado durante a experiência migratória afeta positivamente a reinserção do migrante retornado ao mercado de trabalho, no país de origem, concedendo um diferencial para a re-entrada.

Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese de que a migração seria um dos fatores determinantes para a mobilidade social dos migrantes retornados, uma vez que propicia o acúmulo de recursos (materiais e simbólicos) que influenciam para uma mobilidade social ascendente, no sentido de facilitar a ocupação de cargos no mercado de trabalho melhor remunerados e com maior prestígio.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa pretende analisar e explicar a readaptação dos migrantes retornados adotando o enfoque da reinserção no mercado de trabalho, tendo como objetivo entender como a variável do *status migratório* afeta a mobilidade social dos indivíduos. Busca-se investigar como se deu a reinserção dos migrantes no mercado de trabalho, após um período de migração, a fim de perceber se o capital social acumulado durante a experiência migratória alterou a posição ocupada pelo indivíduo na estrutura social. Em suma, visa-se testar a hipótese de que a migração determina a mobilidade social ascendente dos indivíduos.

A pesquisa foi realizada no período de Março a Junho de 2011, e contou com a participação de 20 pessoas, sendo estas provenientes de diversos estados brasileiros. O universo de pesquisa envolveu homens e mulheres, com a idade média de 30 anos, variando entre a idade mínima de 22 anos e a máxima de 58 anos.

6.1 AMOSTRA

Os critérios utilizados para a composição da amostra foram: ser brasileiro ou brasileira; ter no mínimo 22 anos e no máximo 65; ter vivenciado um período migratório, em qualquer país estrangeiro, por no mínimo um ano; ter retornado à cidade de origem, se configurando como migrante permanente. Em outras palavras, para fins da presente pesquisa, foram consideradas *migrantes* aquelas pessoas que estiveram fora do país, por no mínimo um ano, e efetivaram o retorno para a terra de origem e nela estavam residindo, no momento da realização da pesquisa.

Dadas as dificuldades de acesso à população estudada, para a definição da amostra foi utilizada a técnica de “bola de neve”, conforme aparece ilustrado na figura 01.

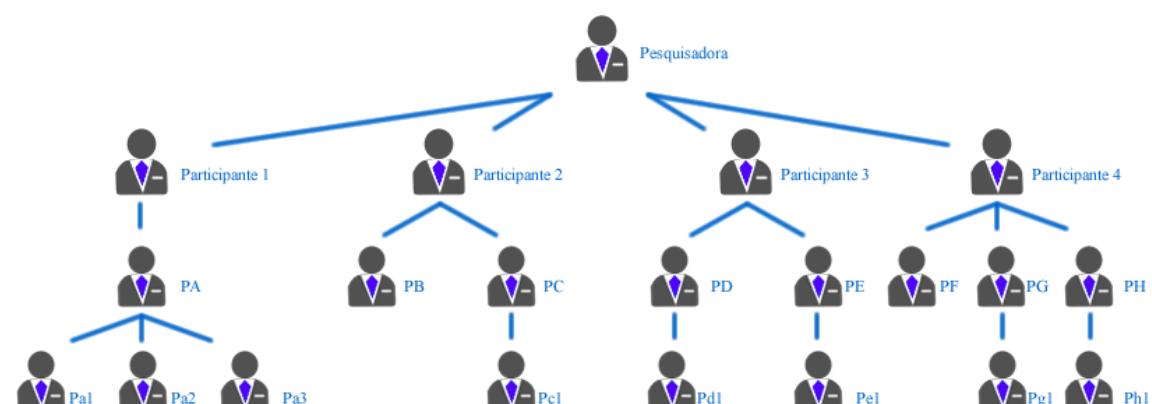


Figura 01: Esquema de “bola de neve”

Inicialmente, foram identificados e selecionados pela pesquisadora alguns indivíduos com as características desejadas para participar da pesquisa, o que chamamos de participantes primários, os quais aparecem na figura 01 sob a legenda de *Participantes de 1,2,3 e 4*. Estes, por sua vez, fizeram indicações de outros possíveis participantes, participantes secundários, sendo estes identificados como *PA, PB... PH*. Por fim, os participantes secundários também fizeram indicações para outros participantes, os quais são ilustrados pelas rubricas *Pa1, Pa2, Pa3, Pc1...Ph1*.

Utilizou-se como segundo critério na composição da amostra, cotas diversas, a fim de diminuir o viés de seleção e enquadrar o maior número possível de diferentes perfis dentro da amostra. Esta técnica permitiu a inclusão de pessoas com diferentes faixas etárias, de diferentes regiões do país e que tivessem migrado para diferentes países do mundo.

O procedimento de formação de amostra por “bola de neve” e cotas apresentou como ponto positivo a inclusão de um maior número de participantes, uma vez que as redes pessoais de cada um dos participantes tornaram possível a identificação e o recrutamento de outros participantes em potencial. Por outro lado, apresentou como limitação o fato de restringir à amostra a um grupo específico, com características e perfis semelhantes, o que contribui para a formação de uma amostra enviesada. Por essa razão, apesar de os resultados obtidos fornecerem uma série de elementos importantes para a reflexão acerca das migrações de retorno, sob a ótica da mobilidade social, as possibilidades de generalização são restritas.

6.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa trabalha com a hipótese de que o capital social acumulado durante a experiência migratória afeta a readaptação e reinserção do migrante ao mercado de trabalho. Para testar tal hipótese foram utilizados questionários como instrumento de coleta de dados, sendo estes previamente testados. Este foi elaborado de forma a incluir, além das questões fechadas e de caráter objetivo, uma questão aberta, visando coletar informações e elementos subjetivos e viabilizar uma análise mais completa acerca das percepções dos participantes sobre a experiência migratória e sua influência sobre a reinserção no mercado de trabalho e, nos termos de auferir a mobilidade social.

A aplicação efetiva dos questionários se deu via correio eletrônico – *email*. Optou-se por essa metodologia para viabilizar a participação dos indivíduos que residiam fora do Distrito Federal e também visando aumentar os componentes da amostra, haja vista que este canal representa uma maior facilidade de contato para os participantes, inclusive no que se refere à indicação de outros possíveis participantes. Entretanto, na prática, o que se apresentou foi a perda de parte dos componentes da amostra: dos 30 questionários enviados houve o retorno de somente 20. Este

aspecto elucida uma das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, a de comunicação com os participantes, pois nem sempre a comunicação via *email* se mostrou eficiente, apresentando um baixo índice de respostas aos *emails* enviados, e de forma mais evidente, com o baixo número de questionários respondidos recebidos no prazo estabelecido.

O questionário (em anexo) foi elaborado de forma a viabilizar a mensuração dos seguintes indicadores de mobilidade social: nível de escolaridade, status ocupacional, analisado a partir da situação no mercado de trabalho antes e depois da migração; nível de renda, a partir de outros indicadores – bens e investimentos; e capital social. Dito isso, foi organizado da seguinte forma:

- 1- Na primeira seção incluem-se os dados pessoais dos participantes: idade, sexo, raça, nível educacional atual, local de residência atual, país para qual migrou, tempo de migração e tempo de retorno (até o momento de realização da pesquisa).
- 2- Na segunda, estão elencados alguns indicadores de mobilidade social, afim de compará-los em dois momentos distintos: antes e depois da experiência migratória. São estes: o *grau de escolaridade* dos participantes; situação no *mercado de trabalho e renda* (ter emprego, ocupação desempenhada, grau de satisfação, reinserção no mercado de trabalho etc.); *bens e investimentos*; e por fim, o *capital social*, aferido via o indicador: domínio do idioma.
- 3- Na terceira seção visou-se mensurar o peso que os participantes conferiam aos seguintes indicadores de capital social, os quais foram possivelmente experimentados na migração: domínio do idioma, vivência de uma nova cultura, experiência em um mercado de trabalho diferente, convivência com pessoas de outras nacionalidades e realização de cursos específicos no exterior.
- 4- Por fim, foi inserida uma questão aberta a fim de auferir a percepção dos participantes no que se refere à influência que a migração exerce sobre a inserção no mercado de trabalho, após o retorno, a partir da seguinte pergunta: “*Como você percebe que a migração influenciou na sua inserção no mercado de trabalho após o retorno?*”

As respostas obtidas foram interpretadas e categorizadas, a fim de montar um quadro sistemático das respostas obtidas. Os dados e os resultados da pesquisa se encontram na próxima seção.

7 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa, realizada com migrantes retornados, a fim de entender e explicar a influência da experiência migratória sobre a dinâmica de reinserção no mercado de trabalho. Para computação dos dados obtidos, utilizou-se como critério o arredondamento, sem a utilização de casas decimais.

Esta seção está subdividida em eixos temáticos, de acordo com os abordados no questionário de pesquisa. São eles: universo da pesquisa, com os dados gerais da amostra; escolaridade dos participantes; mercado de trabalho; bens; investimentos; e capital social.

7.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa envolveu 20 participantes, sendo 09 pessoas do sexo feminino (45%) e 11 pessoas do sexo masculino (55%). A idade média dos participantes é de 30 anos (sendo a menor idade de 22 e a maior de 58).

O nível de escolaridade atual dos participantes se enquadra majoritariamente no nível superior de ensino, haja vista que apenas 5% dos participantes possuem o nível médio de ensino e que, 95% se enquadram, em algum grau, no nível superior de ensino – seja este incompleto, completo ou pós-graduação. Tais dados podem ser percebidos a partir do gráfico abaixo:

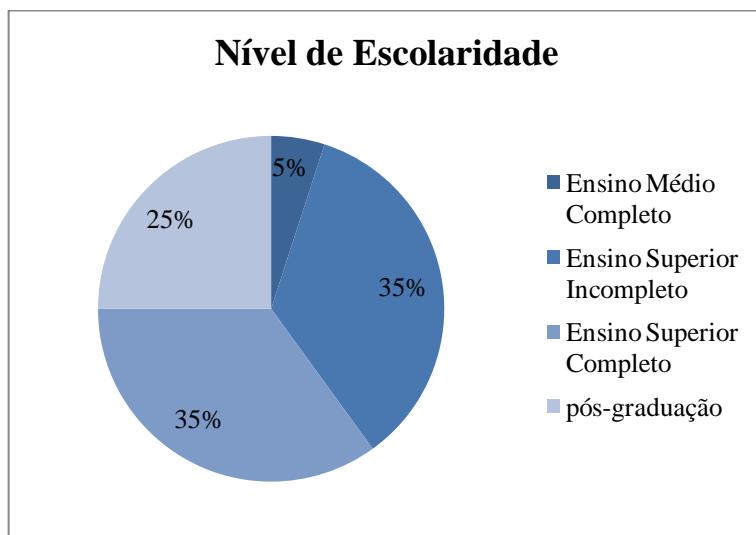


Figura 02: Nível de Escolaridade

Quanto ao local de residência atual, 90% dos participantes vivem na região Centro-Oeste, no Estado do Goiás e no Distrito Federal – majoritariamente – incluindo as cidades satélites; e 10% estão distribuídos na região Sudeste e Nordeste, com destaque para o estado de São Paulo e Bahia.

Para aferir o critério *cor* lançou-se mão de uma questão aberta privilegiando a auto-declaração. As respostas obtidas foram categorizadas segundo o critério utilizado pelo IBGE e ficou assim distribuído: a maioria se auto-declarou de cor branca – 70%; 15% declararam-se pardos; 5% declararam-se pretos; não houve auto-declaração para a categoria indígena; e, 10% não responderam.

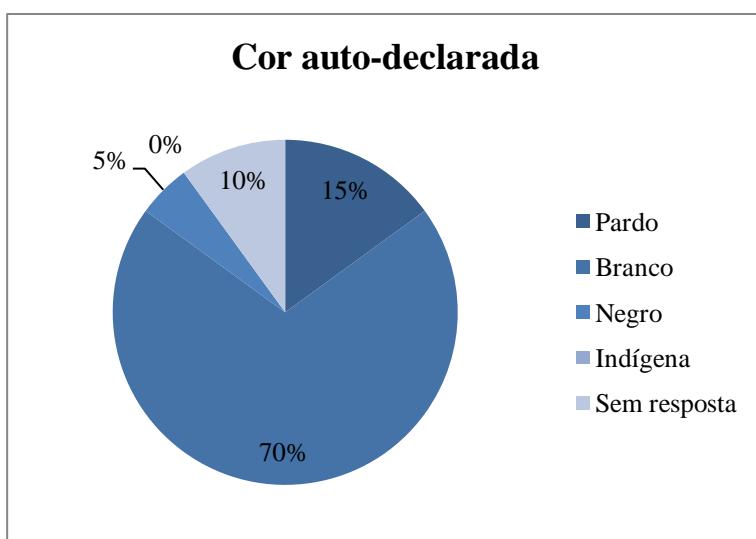


Figura 03: Distribuição de cor auto-declarada

As principais escolhas dos países de destino dos participantes da pesquisa foram: Estados Unidos e Inglaterra, com 26% e 13% respectivamente. É importante ressaltar que houve alguns que efetuaram migração para dois ou mais países diferentes, e por essa razão, foi contabilizado duplamente. O quadro geral dos países apontados na pesquisa pode ser sintetizado da seguinte forma:

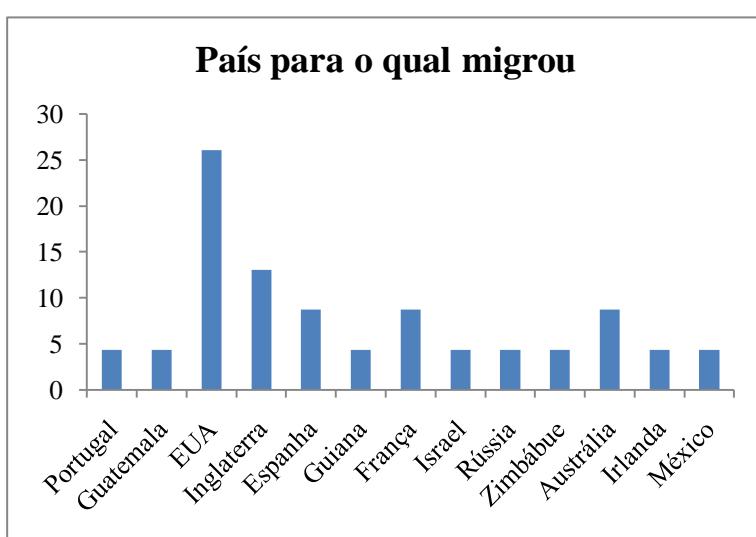


Figura 04: Países de destino

Ao que se refere ao tempo de migração, foram estipulados os seguintes intervalos para a análise, de acordo com as respostas dos participantes: *de 01 a 03 anos; de 04 a 06 anos; e de 07 a 10 anos*. Houve dois casos em que os participantes realizaram uma dupla migração – um para o mesmo país e outro para países diferentes – nesses casos somou-se o tempo de cada migração em particular e contabilizou-se o tempo total de migração.

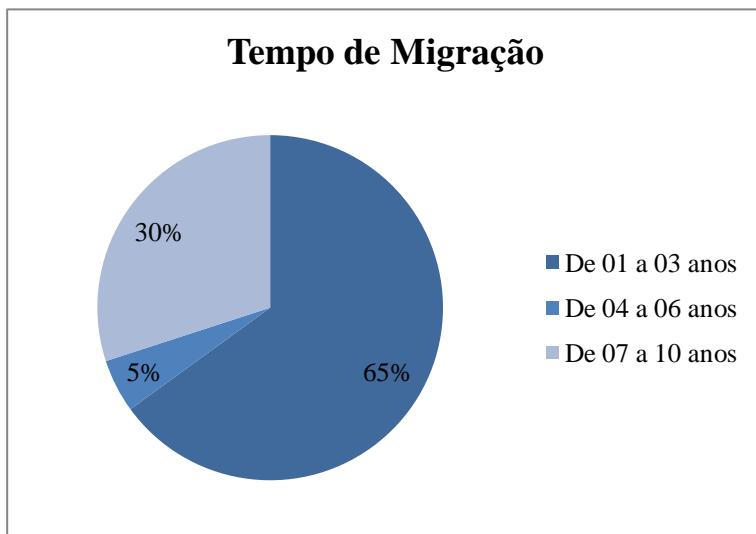


Figura 05: Tempo de migração

Para contabilizar o tempo de retorno, consideraram-se os seguintes intervalos temporais, também de acordo com as respostas dos participantes: *De 03 meses a 04 anos; de 05 a 10 anos; e mais de 10 anos*. A distribuição geral pode ser percebida no quadro que se segue:

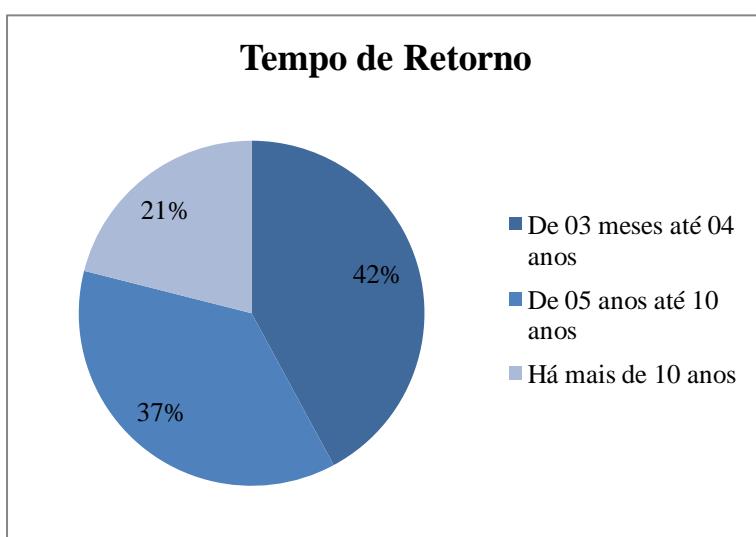


Figura 06: Tempo de retorno

7.2 ESCOLARIDADE

A análise do quesito grau de escolaridade está dividida em dois momentos distintos: o primeiro se refere ao período imediatamente anterior à migração; e o segundo, se refere ao momento do retorno ao país de origem.

Foi possível perceber que 55% dos membros da amostra mantiveram seu nível de escolaridade, apesar da migração e que 45%, em algum nível, aumentaram sua escolaridade durante a migração.

A mudança no nível de escolaridade da maior parte dos participantes da pesquisa, durante a experiência de migração, pode ser interpretado a partir de três categorias:

- 1- A primeira diz respeito aos participantes que se enquadravam no nível do ensino fundamental, seja este completo ou incompleto, e fizeram a transição para o nível médio, seja este completo ou incompleto, o que compreende cerca de 45% daqueles que mudaram seu status educacional durante a migração;
- 2- A segunda se refere aos participantes que possuíam nível médio, completo ou incompleto, e se inseriram no nível superior, completo ou incompleto, que totalizam 22% desse grupo da amostra;
- 3- A terceira abrange aqueles que tinham o nível superior completo ou incompleto e alcançaram a pós graduação, sendo estes 33% desse grupo.

Na primeira e segunda vertentes de análise estão incluídos os participantes que avançaram nos estudos, referentes aos níveis fundamental e médio, durante a migração. Tal aspecto se relaciona ao fato de que alguns participantes da amostra migraram com pouca idade devido à migração dos familiares, para acompanhá-los – seja devido às exigências profissionais dos pais, seja devido o projeto familiar de melhorar de vida a partir da migração.

Este contexto ajuda a explicar a ocorrência de uma diminuição na taxa de participantes com nível fundamental completo após a migração, assim como o aumento na taxa de participantes com nível médio no período após a migração.

Já na terceira e na quarta vertentes de análise, inserem-se os indivíduos que buscaram na experiência migratória uma oportunidade para elevarem seu nível educacional, seja completando o ensino superior ou se inserindo na pós-graduação. É importante ressaltar, que nessa mesma categoria estão incluídas as modalidades de especialização, mestrado e doutorado.

Os dados apontam um aumento na taxa de indivíduos que se inseriram no nível superior de ensino após a migração (de 10% para 15%) e também um aumento na taxa daqueles que se inseriram no nível da pós-graduação (de 10% para 20%).

Em suma, no quesito de grau de escolaridade é possível perceber que para 45% da amostra houve aumento, em termos de anos de estudo, da escolaridade dos indivíduos, a partir da migração.

Escolaridade antes de Migrar		Escolaridade após a emigração	
<i>Ensino Fundamental Completo</i>	5%	<i>Ensino Fundamental Completo</i>	0%
<i>Ensino Fundamental Incompleto</i>	20%	<i>Ensino Fundamental Incompleto</i>	5%
<i>Ensino Médio Completo</i>	25%	<i>Ensino Médio Completo</i>	25%
<i>Ensino Médio Incompleto</i>	5%	<i>Ensino Médio Incompleto</i>	15%
<i>Ensino Superior Completo</i>	10%	<i>Ensino Superior Completo</i>	20%
<i>Ensino Superior Incompleto</i>	25%	<i>Ensino Superior Incompleto</i>	15%
<i>Pós-Graduação</i>	10%	<i>Pós-Graduação</i>	20%
<i>Nível Técnico</i>	0%	<i>Nível Técnico</i>	0%

Tabela 01: Nível de Escolaridade antes e depois da migração

Ainda nessa seção, foi perguntado aos participantes se eles realizaram, durante o período de migração, algum curso de capacitação, como por exemplo, curso de idioma, cursos técnicos etc. Por se tratar de uma pergunta aberta, admitiu-se que os participantes respondessem mais de uma opção de cursos realizados. Dessa forma, 65% dos participantes realizaram algum tipo de curso durante o período de migração, enquanto 35% disseram que não realizaram.

Da parcela que respondeu afirmativamente, os cursos mais citados foram: de idioma – de forma muito expressiva (69%) – cursos específicos como o de vendas, curso técnico em turismo, comércio exterior, *marketing*, *webdesign* e música.

7.3 MERCADO DE TRABALHO

Nesta parte do trabalho serão analisados os seguintes indicadores para a compreensão da *dinâmica do mercado de trabalho*, a partir da variável da migração: se o participante trabalhava antes de migrar; a função que desempenhada (ocupação); grau de satisfação; se houve dificuldade em arrumar emprego após a migração; se conseguiu efetivamente emprego após o retorno; qual a ocupação que passou a desempenhar; o grau de satisfação obtido com a ocupação desempenhada; por fim, a renda antes e depois da migração.

Dos participantes da pesquisa, 50% afirmaram que não trabalhavam antes de migrar e 50% possuíam algum emprego antes de efetivar a migração, sendo este o nosso universo de análise para os dados subsequentes.

O número elevado de participantes que não estavam alocados no mercado de trabalho antes de emigrar pode ser associado ao fato de que uma parte da amostra efetivou a migração com pouca

idade (adolescência ou infância), o que significa que não estavam na faixa etária correspondente à entrada no mercado de trabalho.

As principais ocupações citadas pelos participantes que já estavam inseridos no mercado de trabalho podem ser ilustradas a partir do gráfico abaixo:

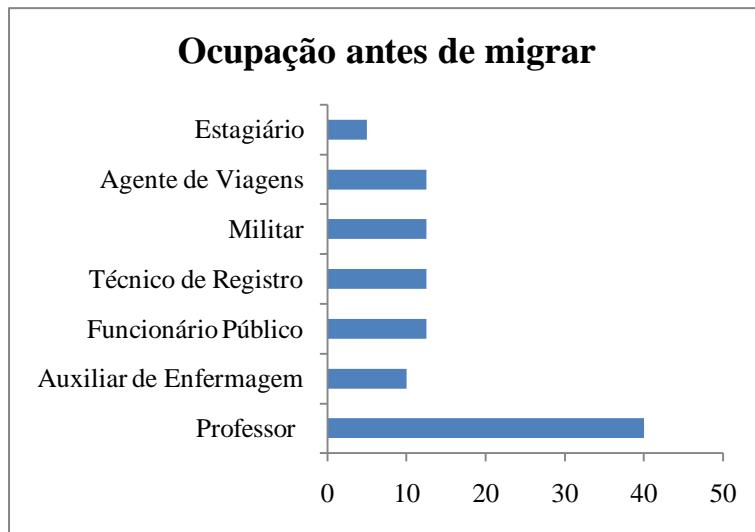


Figura 07: Ocupação desempenhada no mercado de trabalho antes da migração

No que se refere à satisfação no emprego desempenhado, a distribuição pode ser representada da seguinte forma: 20% disseram que estavam muito satisfeitos com o emprego; 30% pouco satisfeitos, 40% satisfeitos e 10% insatisfeitos.

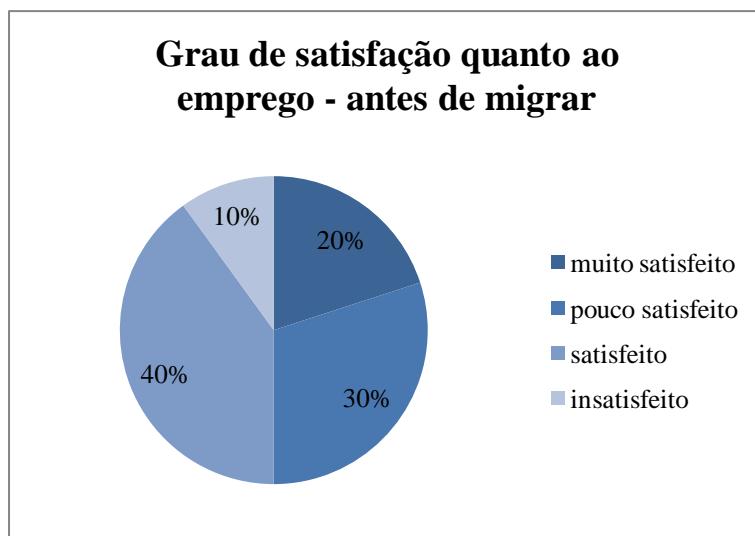


Figura 08: Grau de satisfação quanto à ocupação no mercado de trabalho antes de migrar

Após o período de migração, a maioria (60%) dos indivíduos afirmou que não houve dificuldade para se reinserir no mercado de trabalho, enquanto 25% afirmaram que obteve dificuldade para se empregar novamente e 15% não responderam, a distribuição pode ser percebida nos dados do gráfico abaixo.

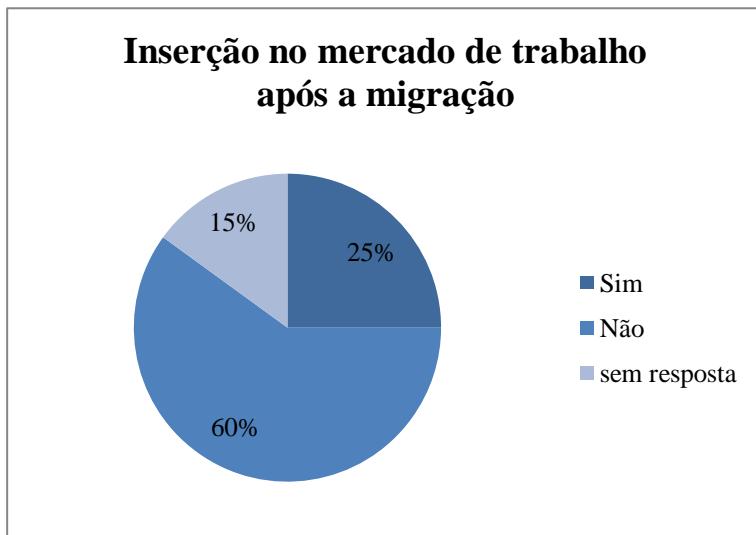


Figura 09: Inserção no mercado de trabalho após a migração

Além disso, 75% dos participantes afirmaram que conseguiram emprego após o retorno, enquanto 25% disseram que não conseguiram.

Analizando este aspecto, percebe-se que fato de que alguns indivíduos não procuraram emprego após a migração. E, por fim, alguns indivíduos não se desligaram de seus empregos para efetivar a migração, como no caso de um militar e o de uma funcionária pública.

Analizando agora um momento diferente, a inserção no mercado de trabalho *após* o retorno foi possível perceber que há alguns participantes da amostra que não se desligaram de seus empregos para efetivar a migração, o que, nesse sentido, fez com que a experiência de migração não tenha alterado a posição deles na estrutura do mercado de trabalho, pois após o retorno, retomaram suas antigas posições, como no caso dos professores, do militar e dos funcionários públicos.

Entretanto, é possível inferir que para alguns outros componentes do grupo amostral, a migração possibilitou a entrada inicial no mercado de trabalho, haja vista que retornaram com idade adequada para se inserir no mercado de trabalho. Estes já se inseririam em ocupações mais conceituadas e melhor remuneradas no mercado de trabalho.



Figura 10: Ocupação desempenhada no mercado de trabalho após a migração

Tal fato pode ser corroborado quando comparamos o grau de satisfação e a renda obtida no momento anterior a migração com aquela obtida após o retorno. Analisando a Tabela 02 é possível perceber uma modificação no perfil dos participantes da pesquisa, durante a migração. No momento anterior à migração 50% não possuíam renda própria, o que colabora a hipótese de que estes migraram com idade insuficiente para obter algum emprego (idade escolar), sendo que após a migração esse número reduz-se para 25%. Nesse sentido, aumentou-se o número de indivíduos que passaram a se enquadrar no intervalo de renda entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00 (categoria 02) – de 45% para 60%; e também há um aumento na categoria de renda com mais de R\$2.000,00, de 5% para 15%.

O incremento da renda foi acompanhado também do aumento do grau de satisfação quanto à função desempenhada, nota-se: de 20% passou para 33% os indivíduos que estavam muito satisfeitos com o emprego após o período de migração. Além disso, houve uma diminuição na taxa de indivíduos pouco satisfeitos com suas funções – de 30% para 20%. O número de insatisfeitos se reduziu a 0% após a migração.

Situação no Mercado de Trabalho ANTES da Migração		Situação no Mercado de Trabalho APÓS a Migração	
Grau de satisfação		Grau de satisfação	
Renda		Renda	
Muito Satisfeito	20%	Muito Satisfeito	33%
Satisfeito	40%	Satisfeito	47%
Pouco Satisfeito	30%	Pouco Satisfeito	20%
Insatisfeito	10%	Insatisfeito	0%
Sem Renda Própria	50%	Sem Renda Própria	25%
De R\$500,00 a R\$ 2.000,00	45%	De R\$500,00 a R\$ 2.000,00	60%
Mais de R\$2.000,00	5%	Mais de R\$2.000,00	15%

Tabela 02: Situação no mercado de trabalho antes e após a migração

7.4 POSSE DE BENS

Quando questionados acerca dos bens que tinham antes de migrar e os que foram adquiridos após a migração, os resultados encontrados se organizam da seguinte forma: 35% possuíam algum tipo de bem antes de migrar, enquanto 65% não possuíam. Tal número se modifica quando a pergunta se refere ao momento *após* a migração, onde o número daqueles que passaram a ter algum tipo de bem subiu para 60%, e aqueles que não possuíam diminui para 40%.

É válido ressaltar que esta questão era de múltipla escolha, o que permitiu aferir se os participantes possuíam bens de diferentes tipos simultaneamente.

Posse de Bens ANTES da Migração		Posse de Bens APÓS a Migração	
Carro	86%	Carro	67%
Bens Comerciais	14%	Bens Comerciais	17%
Imóveis	28%	Imóveis	58%
Empresas	0%	Empresas	0%

Tabela 03: Posse de bens antes e após a migração

É possível identificar um aumento significativo no que se refere ao consumo de bens como automóveis e bens comerciais, e também na compra de imóveis, sendo este elemento o que possui o aumento mais expressivo – de 28% para 58%. Tal dado corrobora a hipótese apontada frequentemente na literatura especializada sobre migrações de retorno, de que muitos indivíduos migram com o projeto de conseguir dinheiro no exterior para ao retornar conseguir adquirir bens tais como casas e carros.

7.5 INVESTIMENTOS

No que se refere aos investimentos, 95% dos participantes afirmaram não realizar nenhum tipo de aplicação e/ou investimentos nos momentos anteriores e durante a migração. Entretanto, tal número se altera quando o momento considerado é o do retorno. A taxa dos que não investiam cai para 70% e, consequentemente, aumenta-se a taxa daqueles que passaram a investir, de 5% para 30%. Nesse sentido, é possível inferir que a migração possibilitou aos indivíduos adquirir renda suficiente para realizar investimentos. (poupança).

Investimentos ANTES da Migração		Investimentos DURANTE a Migração		Investimentos APÓS a Migração	
Sim	5%	Sim	5%	Sim	30%
Não	95%	Não	95%	Não	70%

Tabela 04: Realização de investimentos antes, durante e após a migração

Os tipos de investimentos realizados mais citados foram: compras de imóveis, carros, aplicações financeiras e investimento em estudos.

7.6 CAPITAL SOCIAL

Entende-se como capital social, para as análises propostas por esta pesquisa, os recursos, as habilidades e os conhecimentos adquiridos a partir da experiência migratória. Adotaram-se como indicadores: o idioma, a experiência de vida em uma nova cultura, a realização de cursos em um país estrangeiro, a experiência em um mercado de trabalho de outro país e a convivência com pessoas de outras nacionalidades.

No que se refere ao domínio do idioma estrangeiro, a proficiência dos participantes, antes da migração, aparece sintetizada no gráfico a seguir:

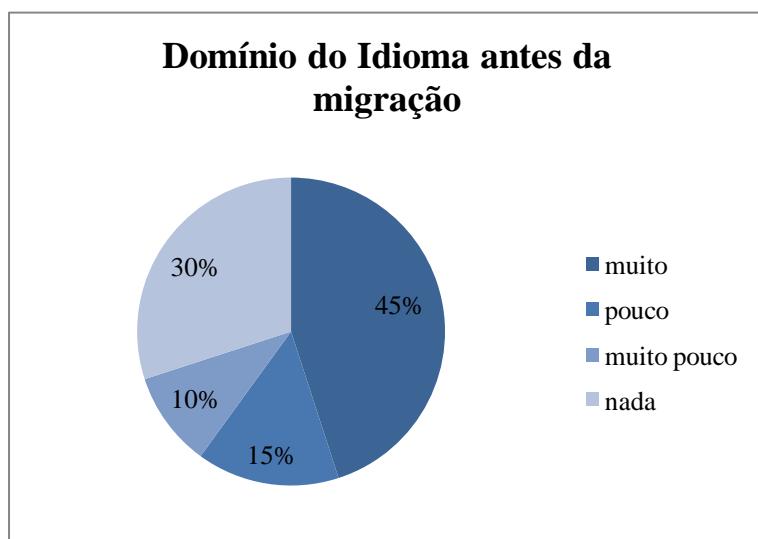


Figura 11: Domínio do idioma antes da migração

Todos os participantes assinalaram a categoria “muito” quanto ao seu domínio acerca do idioma estrangeiro *após* a migração. Nesse sentido, pode-se afirmar que 55% dos participantes

conseguiram aumentar seu nível de proficiência, quanto ao idioma, durante a experiência de migração.

Ainda nessa seção, houve uma pergunta de múltipla escolha visando mensurar o peso que os participantes atribuíam aos indicadores elencados para medir o capital social adquirido na migração. O quadro abaixo sintetiza os resultados:

Percepção sobre o Capital Social Adquirido na Migração				
Indicadores	Peso			
	Muito	Pouco	Muito Pouco	Nada
Idioma	55%	15%	5%	10%
Viver uma nova cultura	65%	15%	0%	5%
Fazer cursos no exterior	55%	20%	0%	10%
Experiência em outro mercado de trabalho	60%	20%	0%	5%
Convivência com pessoas de outras nacionalidades	50%	20%	0%	15%
	Sem resposta			15%

Tabela 05: Percepção sobre o capital social adquirido na migração

Percebe-se que dos indicadores elencados a vivência em uma nova cultura recebeu o maior peso – 65%. Em segundo lugar aparece a experiência em outro mercado de trabalho com 60%; o quesito idioma aparece em empate com o quesito de realização de cursos no exterior, com 55%. Por fim, com 50% aparece o fato de convivência com pessoas de outras nacionalidades.

7.7 MIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

A última pergunta do questionário se refere a uma questão aberta que visava obter dados sobre a percepção dos participantes da amostra acerca de como a experiência migratória teria ou não influenciado na inserção destes no mercado de trabalho, após o retorno.

Para alguns participantes, sobretudo aqueles mais jovens, o fato de terem experimentado a migração não influiu diretamente sobre eles no âmbito do mercado de trabalho, uma vez que migraram e retornaram ainda muito jovens, não estando em idade ativa para o mercado de trabalho nem antes da migração e nem posteriormente. Outra via de interpretação deste dado, é que para alguns participantes a migração não representou uma ruptura com o vínculo empregatício que se estabelecia antes de migrar, nesse sentido, ainda depois do retorno, mantiveram seus cargos, sem grandes alterações em suas situações iniciais. Nesse sentido, a migração também não foi uma variável relevante para analisar a situação no caso do mercado de trabalho destes indivíduos.

“Até então, nada influenciou, o retorno ao Brasil não foi sinônimo de inserção no mercado de trabalho, pois no meu trabalho (estágio) pouco ‘pesou’ ter tido experiência ou até outros cursos adicionais.”

Dito isso, pode-se inferir que para 40% dos participantes a migração pouco influiu na inserção no mercado de trabalho. Tal dado pode ser interpretado, sob o viés da mobilidade social, no sentido de que o fato de terem vivido a experiência da migração tenha contribuído para manter o nível social já estabelecido (“origem familiar”).

Por outro lado, a maioria – 60% – percebeu a migração como algo extremamente positivo para a inserção no mercado de trabalho. Tal variável funcionaria como um *diferencial* no momento de entrada no mercado de trabalho.

Os principais pontos levantados como vantagens por ter migrado são: (aqui utilizaram-se os termos mencionados pelos próprio participantes): domínio de uma língua estrangeira, convivência com uma cultura diferente, convivência com pessoas de diferentes nacionalidades e culturas, amadurecimento obtido com a experiência de vida em outro país, adquirir experiência em outro país como um diferencial para a colocação no mercado de trabalho no país de origem, experiência em um país estrangeiro auxiliaria o relacionamento e a performance do indivíduo no mercado de trabalho, uma vez que ajudaria no desenvolvimento de qualidades como amadurecimento, flexibilidade, compreensão e trabalho em equipe.

Mesmo para aqueles que mantiveram o seu nível de escolaridade tal como no momento anterior a migração é possível inferir que o fato de se ter contato com outra cultura, em um país estrangeiro, e com outro idioma já concede um diferencial.

Tais constatações podem ser exemplificadas na fala dos participantes:

“ter uma experiência com culturas diferentes, uma língua a mais no currículo e mais experiência profissional são itens que acrescentam muito na hora de arranjar um emprego. São fatores que diferenciam um candidato qualquer com um candidato que investiu em uma qualificação diferenciada”

“A oportunidade de conviver com culturas diferentes, me proporcionou uma boa colocação no mercado. Pois hoje, tenho um domínio fluente da língua inglesa, tive a oportunidade de estudar em um dos melhores colégios no exterior. Fora a oportunidade de ter convivido com pessoas não só americanas, mas chinesas, espanholas entre varias outras culturas”

“O mercado de trabalho brasileiro visa contratar pessoal com maior experiência, tanto na área do trabalho como em vivência. O fato de adquirir tal experiência fora do país torna o candidato visado, com maiores chances de contratação para as vagas aspiradas. Dependendo do país de emigração, o contratante opta pelo candidato pelo simples fato de ter vivido fora. Sem dúvida é um excelente trampolim na carreira.”

“Vivendo um tempo fora do Brasil, fez com que crescesse pessoalmente, se adaptando a qualquer realidade possível, hoje sou mais flexível e consigo compreender e respeitar mais as diferenças de cada um, no ambiente social e profissional. Além disso, você acaba conhecendo culturas, pessoas, idiomas e lugares diferentes, agregando valor para o currículo”.

“A qualificação adquirida através do domínio de outros idiomas, juntamente com o crescimento pessoal possibilitado pela experiência de morar fora, me abriu muitas possibilidades no mercado de trabalho e facilitou bastante o meu processo de começar a trabalhar”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou entender em que medida a experiência migratória influencia a reinserção de migrantes internacionais de retorno no mercado de trabalho. Buscou-se testar a hipótese clássica de que a mobilidade geográfica induz à mobilidade social, nesse caso olhando para os migrantes retornados.

Tal escolha metodológica se justifica pelo fato de que o retorno está atrelado à noção do sucesso ou fracasso da experiência migratória. Em outras palavras, ao retornar, o indivíduo repensa sobre o que viveu e avalia se “venceu na vida” ou não. Normalmente, utilizam-se instrumentos econômicos como parâmetro, tais como as aquisições e investimentos econômicos realizados e a ocupação obtida na reinserção mercado de trabalho.

Em suma, o retorno é a etapa em que se mensura a mobilidade social do migrante retornado, após um período de vivência no exterior. Através de indicativos econômicos (dos bens adquiridos, do emprego obtido, etc.) analisa-se a posição desse indivíduo na estrutura social, se este, após ter migrado, teve mobilidade social ascendente ou descendente.

Dito isso, a presente pesquisa buscou relacionar a mobilidade social a partir da variável migração de retorno, no âmbito da migração internacional. Foram considerados como indicadores: o nível de escolaridade, a renda, aquisição de bens, realização de investimentos e o capital social. Em síntese, o perfil dos participantes da pesquisa se caracteriza como: indivíduos brancos, na maioria homens, com alto nível educacional que realizaram a experiência migratória por no mínimo um ano.

Para efetivação da pesquisa optou-se por compor a amostra a partir da técnica de “bola de neve”, esta possibilitou a participação de um maior número de pessoas na pesquisa, mas, por outro lado, contribuiu para incrementar o viés de seleção. Neste aspecto reside uma limitação do processo metodológico escolhido para a pesquisa, o que restringe também as possibilidades de generalização dos resultados obtidos.

O cenário atual da sociedade brasileira pode ser interpretado, dentro de uma perspectiva da mobilidade social, em um quadro de mobilidade social circular (e não mais estrutural). Nesse sentido, as características pessoais, a trajetória pessoal de cada trabalhador é valorizada em consideração para qualquer aspiração à ascensão social. Assim, pode-se concluir que a experiência migratória, e os fatores que esta condiciona como consequência, confere aos indivíduos um diferencial na entrada ou re-entrada no mercado de trabalho.

Comparando-se a situação dos participantes no momento anterior a migração com o posterior ao retorno percebeu-se que a maioria dos indivíduos, ao se reinserir no mercado de trabalho, obteve uma ocupação com maior salário e maior prestígio social, o que foi acompanhado por um aumento na satisfação da ocupação exercida, e também da realização de investimentos, aquisição de bens e, por fim, aumento de capital social.

Foi possível perceber que o idioma não é o principal indicador deste capital social acumulado, via migração, mas a vivência em outro país com cultura diferente representa, de fato, algo diferenciador e valorizado no processo de seleção para entrada no mercado de trabalho. Nesse sentido, por fim, é possível afirmar que a experiência migratória internacional consiste em um fator de diferenciação entre migrantes retornados e não-migrantes no mercado de trabalho.

9 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flávia Cristina Drummond; RODRIGUES, Roberto Nascimento. “Mobilidade social na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, X, vol.1. Caxambu, 1995. Belo Horizonte, ABEP, pp. 407-436.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A21.pdf>

Em: 03/06/2011

ASSIS, Gláucia de Oliveira. “Estar aqui...,estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EAU”. In: REIS, Rosana R.; SALES, Teresa. Cenas do Brasil migrante. São Paulo: Boitempo, 1999; p. 125-167.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SIQUEIRA, Sueli. “Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos”. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU - v. 17, nº 32 (2009); p. 25-46.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. “Teorias das migrações internacionais”. In: XII Encontro Nacional da ABEP 2000 – A migração internacional no final do século.

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf

Em: 13/10/2009.

BAENINGER, Rosana. “Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90”. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, *Anais*. Caxambu, 2000.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaImigra%C3%A7%C3%A3oNoBrasilAnos80e90.pdf>

Em: 23/05/2011

BIAGIONI, Daniel. “Migração e mobilidade social no estado de São Paulo em 1996: inserção dos migrantes na estrutura de classes sociais”. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações – ABEP; GT: Migrações e desenvolvimento territorial. Belo Horizonte. Home Page da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2009

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outras/6EncNacSobreMigracoes/ST4/DanielBiagioni.pdf>

Em: 02/11/2010

FAZITO, Dimitri. “Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade”. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, GT de Migração, 2005, Rio de Janeiro. Home Page da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outras/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf>

Em: 20/11/2009.

FLEISCHER, Soraya. “Passando a América a limpo: o trabalho das housecleaners brasileiras em Boston, Massachussets”; p. 01-70. São Paulo: Annablume, 2002.

FUSCO, Wilson. “Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos”. In: Migrações Internacionais – contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001; p. 427-445.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain Souchaud. “De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior”. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG, 2008.

Em: <http://confins.revues.org/6469>

GONÇALVES COSTA, Lygia. “Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996)”. In: Ciências Sociais Unisinos, Vol. 45, Núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 48-60 Universidade do Vale do Rio dos Sinos Brasil
<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=93812719005>

Em: 20/05/2011

GOZA, Franklin. “Redes sociais e a integração dos brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos”. In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; p. 263-288.

HIRANO, Fábio Yoiti. “O caminho para casa: O retorno dos dekasseguis”. Rio de Janeiro, 2005

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST1-2.pdf>
 Em: 01/06/2011

JANNUZZI, Paulo de Martino. “Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista”. Campinas (SP): Autores Associados, 2002; p. 05-38.

PATARRA, Neide Lopes. “Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais”. In: Estud. av., São Paulo, v. 20, n. 57, Aug. 2006 .

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso

Em: 08/11/2010

_____. “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas”. In: São Paulo Perspec., São Paulo, v. 19, n. 3, Sept. 2005 .

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300002&lng=en&nrm=iso

Em: 08/11/2010

SALES, Teresa. “Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA”. In: REIS, Rossana R.; SALES, Teresa. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999; p. 17-44.

_____. “Segunda geração de emigrantes brasileiros nos EUA”. In: *Migrações Internacionais – contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001;p. 361-374.

SAYAD, Abdelmalek. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. In: *Travessia*, número especial. 2000.

SCALON, Maria Celi. “Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências”. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999; p. 79-107.

SIQUEIRA, Sueli. “Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil-Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009; p. 07-99.

_____. “Mobilidade social: análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e Portugal”, in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 135-154
 Diponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_5/Migr5_Sec1_Art7.pdf

Em: 10/05/2011

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, Gláucia de Oliveira; DIAS, Carlos Alberto. “As múltiplas faces do retorno à terra natal”.

<http://www.migrante.org.br/IMDH/fckeditor/editor/filemanager/connectors/aspx/userfiles/file/Brasileiros%20Retornados/AS%20MULTIPLAS%20FACES%20DO%20RETORNO%20%C3%80%20TERRA%20NATAL%20-%20Sueli%2023out10.doc>.

Em: 15/01/2011

SOARES, Weber. “A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais”. In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; p. 231-261.

_____. “Da associação entre os retornados internacionais e os intermediários da rede migratória valadarense”. In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU* - v. 17, nº 32 (2009); p. 47-59.

_____. “Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional”. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 12, 2000, Caxambu. Brasil 500 anos: mudanças e continuidades. Campinas: Abep, 2002^a

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf

Em: 30/05/2011

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: *Tempo Real* v. 20 n.1 p. 199-218. 2008

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>

Em: 03/06/2011

10 APÊNDICE – Questionário de Pesquisa

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA: Migração de Retorno e Mobilidade Social

